CACAU
QUEIMADA E A ECOLOGIA

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 13 NÚMERO 6 JUNHO DE 1989

IMPRESSO

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro **(Chefe do Cea/Ibre/FGV)**

Núcleo editorial: Boris Gheventer, Fernando Roberto de Freitas Almeida e Maria José Cyhlar Monteiro.

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer **(preços no nível do produtor)** v a g o **(pecuária e cacau)**; Eliana Conde Barroso Leite Viglio **(arroz e feijão)**; Fernando Roberto de Freitas Almeida **(maçã, oleaginosas, trigo e uva)**; v a g o **(cana-de-açúcar e álcool)**; v a g o **(algodão, outras fibras vegetais e laranja)**; Irene Raguenet Troccoli **(milho, aves e suínos)**; Janet Fajardo Zaidhaft **(batata, cebola e mamona)**; Maria José Cyhlar Monteiro **(política agrícola)**; Martha Macedo de Lima Barata **(aveia, centeio, cevada e sorgo)** e Virgínia Cardoso W. Vieira **(café)**.

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin **(preços de terras, salários e serviços)**; Lúcio Junqueira Campos **(preços recebidos)**; Mário Sachs Rabello **(índices e relações de trocas)**; e Oraide Terezinha Novaes **(preços de insumos)**.

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego **(bibliotecária)** e Maria Célia Ávila Bezerra.

Técnica de editoração: Pina Bastos.

Serviços de secretaria: Vilma Tavares de Lima Oliveira **(secretária)**, fone: 551-8645 e Lúcia Maria Santos de Paula.

Estagiários: Alexandre Manoel Cabral Rodrigues Junior, Lenice Ypiranga Benevides de Araújo, Marcos Arzua Barbosa e Trajano Augustus Tavares Quinhões.

Microcomputador: Bruno da Silva Junior e Deise Jaffar de Lima.

Composição: Neli Martins Mascarenhas.

Arte: Carlos Alberto Torres.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. (PABX 224-7732 – 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
1977
mensal CDU 631(05)

Praia de Botafogo, 190 – 8º and.
22.250 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL
Telefone Geral da FGV: PABX 551-1542
Caixa Postal: 9052
20.000 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Telex: 212-3840 FGVE BR

Solicita-se aos leitores que, na eventual comunicação de mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

NOTA DA EDIÇÃO

Esta edição se ocupa, primeiramente, de três produtos vegetais de grande importância: arroz, café e mandioca.

Sobre o arroz, há destaque do que vem ocorrendo desde o ano de 1985, mostra-se a produção segundo os principais sistemas de cultivo, distribuídos pelos diferentes estados, apresenta-se um balanço de oferta e demanda e se conclui avaliando as necessidades de se suprir o mercado interno. Quanto ao café – lavoura que, do Sul, caminhou no sentido de ***Minas Gerais*** *e se vai dirigindo para* ***Rondônia*** *e* ***Mato Grosso*** *– mais uma vez se indica como objetivo a alcançar o aprimoramento da qualidade do produto, possivelmente via despolpamento, o que o término do* ***Acordo Internacional*** *enfatiza. No caso da mandioca, recorda-se a acentuada queda de sua produção, verificada há anos, que se deu, sobretudo, à vista do desestímulo causado pelos reduzidos preços de mercado, e se estima que crescerá a atual safra, sem declínio das cotações.*

Em seguida, inserem-se dois ***ensaios especiais:*** *um sobre o cacau e outro sobre a queimada e a ecologia.*

O cacau é analisado por dois destacados economistas da ***Ceplac.*** *Eles indicam uma série de medidas a serem adotadas visando tornar a produção do cacau brasileiro competitiva, destacando serem seus custos, hoje, dos mais elevados dentre as nações principais produtoras e que se mergulhou em um período de preços baixos no mercado internacional, capaz de causar sérios prejuízos.*

O segundo ***ensaio,*** *de autoria de renomado estudioso, o qual, de ordinário, surpreende com suas conclusões ímpares, trata do tradicional processo das queimadas na agricultura e de sua repercussão ecológica. Também se detém no* ***bóia-fria.*** *Propõe, então, que se lhe entregue um lote de terra de fração de hectare – no que chama de uma* ***reforma agrária competente*** *– onde possa construir sua casa, fazer reduzida plantação e criar pequenos animais, com o que aumentará sua renda, manter-se-á ocupado, bem assim sua família, e terá motivo de se fixar nas fronteiras das propriedades agrícolas, ao invés de migrar para a* ***cidade,*** *que "não tem o que fazer com a mão-de-obra liberada da agricultura pela moderna tecnologia".*

O ***acompanhamento conjuntural*** *é a propósito da próxima safra do trigo brasileiro, cuja semeadura do ano se está concluindo.*

O leitor terá, por fim, as seções rotineiras, constituídas à vista de informações idôneas disponíveis.

É mais um número muito bom. Leia!

SUMÁRIO

PRODUTOS VEGETAIS
- Arroz 2
- Café 5
- Mandioca 8

ENSAIOS ESPECIAIS
- Cacau 10
- A Queimada e a Ecologia 18

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGROPECUÁRIA
- Trigo 22

OPINIÃO DO LEITOR 23

PREÇOS RECEBIDOS E VARIAÇÕES DE ALGUNS INDICADORES 33

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 34
- Mercado Interno 36
- Relativos 38

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 40

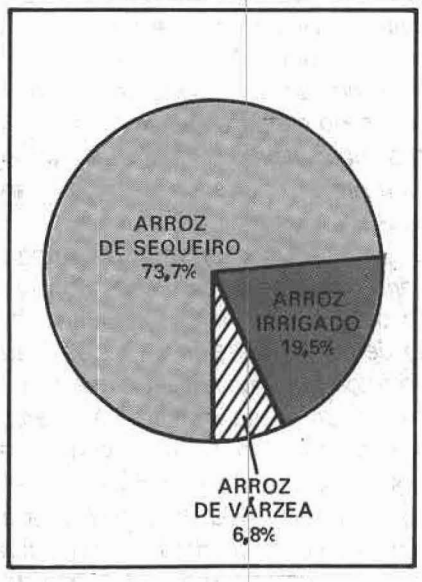
ARROZ

As atuais condições do suprimento do mercado interno indicam a necessidade premente de um programa de escoamento dos estoques excedentes.

A produção brasileira tem crescido, nos últimos anos, caracterizada pelo dualismo, que antepõe as lavouras altamente tecnificadas da região **Sul** às áreas produtoras de arroz de **sequeiro**, ainda predominantes no país (ver Quadro 01 e Gráfico 01). Esta condição dicotômica acarreta notável ponto de estrangulamento para a atividade.

O processo de reintegração à produção das áreas localizadas nos estados centrais deflagrado, a partir de 1985/86, que sustou a tendência de substituição pela soja, quando o mercado desta oleaginosa não se mostrava promissor, não levou em conta a inexistência de mercado consumidor consolidado para as variedades usualmente cultivadas naquelas regiões. À época, outros fatores

GRÁFICO 01 – ARROZ – BRASIL – % DA ÁREA TOTAL EM CADA SISTEMA DE CULTIVO – 1985



vieram agregar-se à menor rentabilidade da soja obtida no ano-safra anterior, para provocar a retomada do plantio do arroz nas regiões centrais do país. Os produtores receavam que a **Reforma Agrária** pudesse atingir áreas consideradas improdutivas de seus estabelecimentos e intensificaram os desmatamentos para a implantação das lavouras de arroz, provocando expansão da área cultivada. A política agrícola levada a efeito naquele ano, por sua vez, deu suporte a esta ampliação. O governo decidira estender os limites do financiamento de custeio e o preço mínimo anunciado foi, de modo geral, bem recebido pelos agricultores.

Embutia-se no traçado da política agrícola para a safra 1985/86 a preocupação em promover o crescimento da produção destinada a abastecer o

QUADRO 01 – ARROZ – PARTICIPAÇÃO DOS SISTEMAS DE CULTIVO NA PRODUÇÃO DE ESTADOS E REGIÕES SELECIONADOS – 1985 – (em mil ha e %)

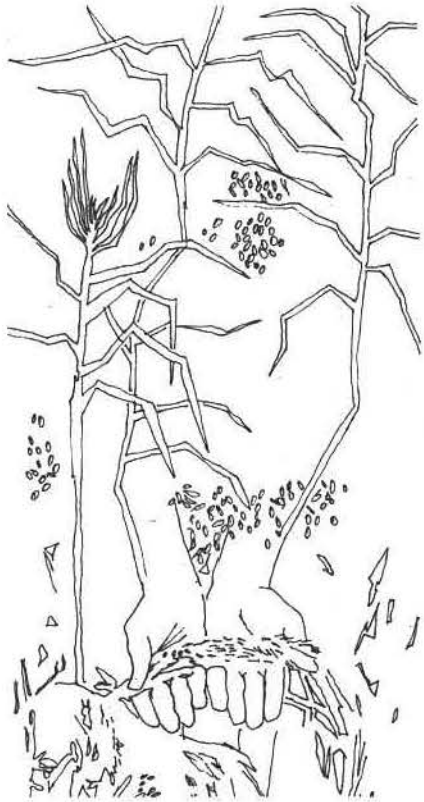
ESTADO[1]	ARROZ IRRIGADO	ARROZ DE VÁRZEA	ARROZ DE SEQUEIRO	ÁREA TOTAL	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL[2]		
					Irrigado	Várzea	Sequeiro
Rio Grande do Sul	687,8	–	33,1	720,9	95	–	5
Goiás	30,8	–	829,2	860,0	4	–	96
Maranhão	0,9	5,5	635,7	642,1	0	1	99
Mato Grosso	1,5	–	405,1	406,6	0	–	100
Minas Gerais	54,6	150,0	393,8	539,4	10	28	62
Santa Catarina	77,8	–	66,2	144,0	54	–	46
São Paulo	21,4	–	284,1	305,8	7	–	93
Norte-Nordeste	50,5	48,5	1.159,7	1.258,7	4	4	92
Centro-Sul	875,7	275,0	2.342,4	3.493,1	25	8	67

FONTE – Estimativas do CNPAF.
1 Os estados estão relacionados por ordem de produção anual;
2 podem não somar 100% devido ao arredondamento.

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

mercado interno, o que se traduziu na concessão de instrumentos de estímulo imediato (VBC, preço mínimo) vantajosos para as lavouras de arroz, feijão, mandioca, milho e sorgo. O arroz de **sequeiro**, no caso, mostrava tendência declinante no plantio desde 1980, determinada pela concorrência com a soja, pela progressiva redução no montante de recursos oficiais para desmatamento e pela condução de uma política de preços altamente intervencionista, por parte do governo. Além disso, os produtores estavam desestimulados, face à descapitalização provocada pelas freqüentes quebras de produtividade a que estão sujeitas as lavouras de **sequeiro**. Segundo a **CFP**, em 1984/85, a capacidade de autofinanciamento destes produtores alcançou nível muito baixo, cerca de 12%, e com as restrições creditícias, muitos agricultores reduziram a área de cultivo, enquanto outros passaram a limitar a compra de insumos à capacidade dos recursos oferecidos pela rede oficial.

A retomada do crescimento dos créditos de investimento direcionados ao **Setor Agrícola**, em 1985, e o aumento da disponibilidade de recursos para desbravamento, a taxas de juros nominais baixas, em 1986, foram importantes parâmetros para a reversão da tendência ao declínio da área plantada com o arroz de **sequeiro** nos estados centrais. Ao conjunto de fatores que determinam esta inversão, capazes de nortear expressivo aumento de produção na região, agregavam-se ainda os esforços na pesquisa agrícola, objetivando minimizar as fragilidades deste sistema de cultivo, dentro de cada realidade regional. Neste sentido, o **Centro Nacional de Pesquisa do Arroz e do Feijão**, da **Embrapa**, lançou, a partir de 1985, seis novas variedades de arroz de **sequeiro**, mais adaptadas às condições desfavoráveis do cerrado. Sua utilização, associada a um conjunto de outras práticas tecnicamente e economicamente apropriadas,



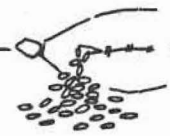
constituiriam suporte à obtenção de produtividades físicas mais estáveis e mais atrativas do ponto de vista da rentabilidade[1]. Entretanto, apesar da disponibilidade de tecnologia de custo relativamente acessível, o aumento da produção de arroz de **sequeiro** segue decorrendo basicamente da expansão da área cultivada.

Observa-se que as grandes variações a que está sujeita a área colhida de arroz de **sequeiro** são suscitadas por fatores de natureza distinta, de acordo com a organização produtiva existente em cada região (a não ser, obviamente, aquelas induzidas pelo comportamento climático). Assim, a dimensão da área de plantio no estado do **Maranhão** está mais fortemente atrelada ao desempenho climático do que a quaisquer outras razões conjunturais. Cabe aqui distinguir que a produção de arroz maranhense é uma atividade tipicamente de subsistência, (ver **Agroanalysis**, vol. 11, nº 11, novembro de 1987) levada a efeito por pequenos produtores, em lavouras de pequeno porte e em condições precárias, enquanto na região **Centro-Oeste**, predominam os médios e grandes estabelecimentos[2] onde, em geral, o cultivo possui caráter de transição. Precedendo a formação de pastagens ou a instalação de culturas economicamente mais atraentes, como a soja e a cana-de-açúcar, o cultivo de arroz nesta região é utilizado basicamente com a finalidade de desbravamento, sendo sua função principal a minimização dos custos de expansão da fronteira agrícola. A cultura é, em geral, substituída após dois ou três anos. Ao contrário das lavouras do **Maranhão**, a exploração da cultura no **Centro-Oeste** encontra-se inserida em esquema empresarial de produção. Desta forma, os fatores do mercado, as relações de troca das culturas potencialmente competidoras e as decisões da política agrícola exercem influência acentuada sobre a produção dos estados centrais, o que não ocorre na orizicultura maranhense, majoritariamente composta por sistemas rudimentares de exploração e ocupação da terra. Além disso, o acesso dos produtores maranhenses aos intrumentos principais da política agrícola é bastante restrito.

A maneira pela qual se deu o crescimento significativo da produção nos estados centrais em anos recentes, no entanto, não parece ter representado ainda um percurso desejável quanto à solução dos problemas de abastecimento a que o país está freqüentemente sujeito. Além de a produção ali obtida apresentar-se instável, dado o elevado grau de vulnera-

1 Segundo o **CNPAF**, a absorção dos resultados da pesquisa vem-se efetuando de forma bastante acelerada, levando-se em conta as dificuldades peculiares ao processo de difusão-adoção de tecnologia. A instituição estima que, até o final da década, já tenham sido substituídas as cultivares tradicionalmente plantadas na região do cerrado.

2 **Censo Agropecuário** do **IBGE** (1980 e 1985), **CNPAF**.



QUADRO 02 – ARROZ – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA – SAFRAS 1985/86 A 1989/90 – (mil t)

SAFRA	ESTOQUE INICIAL[1]	OFERTA			DEMANDA			ESTOQUE FINAL
		Produção	Importação	Total	Consumo	Exportação	Total	
1985/86	1.051	8.760	500	10.311	9.660	5	9.665	646
1986/87	646	9.813	2.074	12.533	10.240	6	10.246	2.287
1987/88	2.287	10.587	235	13.100	9.800	5	9.805	3.295
1988/89	3.295	11.709	100	15.104	10.500	10	10.510	4.594
1989/90[2]	4.594	11.321	100	16.015	10.750	10	10.760	5.255

FONTE – CFP.
1 Em 1º/3;
2 Estimativa.

bilidade, o **represamento** da oferta, originado da falta de dinamismo da demanda pelo produto de **sequeiro** provoca grandes distorções na comercialização, conduzindo à formação excessiva de estoques em fases de abundância. Este bloqueio é explicado, em grande parte, pelo atual perfil de aceitação das diferentes variedades, por parte do mercado consumidor. Tal aspecto pode ser bem visualizado através de estudo realizado pela **CFP** em 1986[3], que identificou importantes características da comercialização do arroz nos principais centros urbanos das regiões **Sul** e **Sudeste**. Estas duas regiões respondem, aproximadamente, por 75% do total de arroz consumido no país[4]. Ficou constatado que cerca de 84% do produto adquirido pelos atacadistas e/ou varejistas dos principais centros de consumo destas regiões são provenientes do **Rio Grande do Sul**, sendo que esta preferência por parte do mercado comprador deve-se, basicamente, à qualidade. A participação de **Goiás** neste mercado é bastante restrita. Cerca de 12% do total comprado são originários deste estado, e a comercialização do arroz de **sequeiro** alcança destaque maior apenas nas praças de **Brasília** e **Belo Horizonte**. Ainda assim, observa-se que, mesmo estando estes dois centros próximos às zonas produtoras de arroz de **sequeiro**, é também ali muito boa a aceitação do arroz gaúcho. Numa visão global do fluxo de abastecimento, o estudo considera que os excedentes da região **Sul** se destinam a abastecer as regiões metropolitanas do **Sudeste** e **Nordeste**, regiões tipicamente importadoras de arroz, enquanto os excedentes gerados na região **Centro-Oeste**, tipicamente exportadora, destinam-se aos mercados do **Nordeste** em geral. Entretanto, nota-se que o consumo **per capita**/ano de arroz no **Nordeste** é muito baixo, correspondendo, de acordo com a **CFP**, a menos da metade da média de **São Paulo** e a cerca de 63% da média brasileira. Ali e na região **Norte**, a farinha de mandioca é o principal componente da oferta de calorias e, não o arroz, como ocorre nas demais regiões, e isto está relacionado à maior adaptabilidade da cultura da mandioca ao clima, solo e à estrutura produtiva locais. Este aspecto, conjugado às condições desfavoráveis de renda, entre outros, torna o mercado nordestino bastante limitado para o arroz.

As condições atuais do suprimento ressaltam o gargalo gerado pela divisão do mercado e indicam a necessidade premente de um programa de escoamento dos estoques excedentes. Diante de nova safra **cheia** (em maio, o **IBGE** estimou a produção em 11,1 milhões de t, cerca de 6% inferior à do ano passado) e do nível elevado das reservas (ver Quadro 02) é de se esperar que o abastecimento transcorra sem maiores problemas. Entretanto, a concepção de estratégias de médio prazo para ampliação do consumo de arroz de **sequeiro** nos seus mercados potenciais, que há muito deveriam ter sido estudadas, deverá ser substituída por programas emergenciais de liberação dos excedentes. Os estoques públicos de arroz de **sequeiro** totalizam cerca de 3,6 milhões de t, compondo um estoque total de passagem de 4,6 milhões de t, quantidade que é suficiente para abastecer o país durante cinco meses. As discussões estão reabertas e se estuda a alocação de recursos para subsidiar a comercialização de 1,6 milhão de t de arroz de **sequeiro**, sendo 1 milhão de t destinadas ao mercado externo. Segundo a **CFP**, a absorção do produto pelo mercado interno, através de programas de atendimento às populações carentes (via **Cobal**, **Inan** e programas de alimentação escolar) não ultrapassaria 600 mil t.

3 **Estudo sobre Métodos e Processos de Produção, Beneficiamento e Comercialização de Arroz. Companhia de Financiamento da Produção**, Brasília, 1986.

4 Este dado se refere apenas à compra de arroz, sem levar em conta o total de arroz não comprado, mas efetivamente consumido.

CAFÉ

Com o término do ***Acordo Internacional do Café,*** *o país deve acelerar a procura de técnicas de aprimoramento da qualidade do produto.*

A tendência de preferência por **cafés finos** continua e fez parte das pautas nas discussões sobre a continuidade do **Acordo Internacional do Café.**

Devido à pequena quantidade ofertada, o preço desses cafés subiu bastante, até o mês de junho. Como a procura é grande, a solução é investir na ampliação e aprimoramento do cultivo. No **Brasil,** recentemente, foi aprovada a liberação de recursos do **Funcafé** para auxiliar os produtores, que estão descapitalizados. Para a colheita, serão alocados NCz$ 100 milhões.

No mercado externo, verificou-se grande pressão dos países consumidores, no sentido de que a oferta de cafés de qualidade superior seja ampliada e, também, pela extinção do mercado paralelo para países não-membros da **OIC.** O **AIC,** porém, não será renovado e, já a partir de julho, vigorará o livre comércio e estará suspenso o regime de quotas de exportação.

Como os preços do café no mercado internacional eram sustentados pelo **AIC** em patamares superiores, ocorreu que as cotações acusaram acentuada queda, com reflexos no mercado interno. Desta forma, existe tendência para exportação de grandes quantidades, a fim de compensar as perdas de preços. Os estoques estrangeiros estão em baixa e as compras, portanto, podem aumentar, devendo acentuar-se a partir de setembro.

Os preços a médio prazo devem estabilizar-se e, com o livre comércio, o mercado paralelo, que chegara a obter até 60% de desconto com relação aos preços praticados na **OIC,** não terá mais razão de existir.



O **Brasil** possui café em quantidade, mas deverá engajar-se na melhoria da qualidade, já que, com o término do **AIC,** a parcela de 30% nas exportações não lhe está mais assegurada.

Assim, e como uma das soluções para melhorar a qualidade do café, está havendo crescente interesse pelo processo de despolpamento. Sabe-se que o café despolpado encontra facilmente compradores. Para o processo o grão deve apresentar maturação uniforme, o que vai depender do clima e da topografia da região. Somente o café **cereja** apresenta esta característica. Após a colheita, o café é mergulhado em um tanque, onde são separados os grãos verdes e maduros, que afundam, e os secos, que bóiam. Em seguida, somente a casca do **cereja** é retirada, enquanto os grãos verdes são desprezados. Depois disso, as sementes maduras passam por fermentação, para a retirada da goma que as envolve. Este processo leva cerca de 24 horas, quando, então, o café é levado para a secagem em terreiro ou secadores. A secagem deve ser feita lentamente.

O processo de despolpa aprimora o sabor e a qualidade do café, valorizando o produto que pode ser comparado aos suaves e, também, ao colombiano. Dentre as vantagens que possui o café despolpado, está o seu volume reduzido, representando menos espaço no que concerne à secagem e estocagem. Porém, um dos poucos problemas que apresenta é no tocante ao armazenamento, que deve ser, no máximo, de oito meses a um ano. O produto guardado por mais tempo pode esbranquiçar e, desta forma, perder a qualidade. Comparando-se ao café **arábico** do **tipo 6,** existe um incremento de 50% na valorização do café despolpado.



QUADRO 03 – BRASIL – ESTADOS SELECIONADOS – ÁREA PLANTADA E DISTRIBUIÇÃO DOS CAFEEIROS EM DEZEMBRO DE 1988

ESTADO	ÁREA (ha)	NÚMERO (mil covas)
Minas Gerais	922.683	1.760.797
São Paulo	581.895	750.265
Espírito Santo	514.539	736.185
Paraná	458.525	510.605
Bahia	121.885	180.274
Outros	206.000	300.000
TOTAL	2.805.527	4.238.126

FONTE – IBC.

Entre os estados que estão investindo com maior intensidade neste processo estão o **Espírito Santo**, a **Bahia** e **Minas Gerais** (Zona da Mata).

Com a aproximação do inverno, começam a aparecer os temores relacionados ao clima, mais precisamente às geadas, que afetam as plantações do **Sul** e **Sudeste** nesta época do ano. Desta forma, os compradores de café já começam a se precaver, formando estoques.

O clima nas regiões de cultivo do café no **Sudeste** do país está predominantemente seco, com ligeiras precipitações esparsas, o que é ideal para a fase da colheita que começou em meados de maio e prossegue até setembro. Desta forma, o produtor fica livre de problemas com a umidade e a fermentação, que diminuem a qualidade do café. A preocupação maior fica por conta das geadas. Conforme dados do **Instituto Nacional de Meteorologia**, as áreas mais propensas ao fenômeno estariam localizadas no sul de **Minas Gerais**, próximas das estâncias hidrominerais, em **São Paulo**, junto a Capão Bonito e, no **Paraná**, perto das cidades de Ivaí, Irati e Curitiba.

As plantações de café, no país, sofreram bastante com a seca que ocorreu em 1988 nos meses de abril/maio e outubro. Já a partir de dezembro, as chuvas passaram a beneficiar a lavoura.

Segundo informações do **Instituto Brasileiro do Café**, em **Minas Gerais**, na região do **cerrado**, o índice pluviométrico tem sido satisfatório. Contudo, percebem-se cafezais com muita folhagem e pouca produtividade. A **Zona da Mata** reflete situação de pré-abandono, com muito mato crescendo em meio à lavoura. Os pés mais antigos, com cerca de quinze anos, perderam a **saia** (galhos inferiores). As perdas foram de 20% para esta safra e, para a seguinte, a lavoura necessitará de poda, adubação e correção do solo. A previsão da produção para o estado é de 9,1 milhões de sacas de 60 kg.

A participação de **Minas Gerais** na produção brasileira vem aumentan-

QUADRO 04 – BRASIL – PRODUÇÃO DE CAFÉ BENEFICIADO POR ESTADOS – 1975/76 A 1989/90 – (mil sacas de 60 kg)

ANO-SAFRA	PR	%	SP	%	MG	%	ES	%	BA	%	OUTROS ESTADOS	%	BRASIL
1975/76	11.718	52,83	7.000	31,56	1.975	8,90	988	4,45	–	–	500	2,25	22.181
1976/77	0	0,00	1.900	31,67	2.300	38,33	1.500	25,00	–	–	300	5,00	6.000
1977/78	1.795	11,18	7.570	47,15	4.921	30,65	1.206	7,51	–	–	564	3,51	16.056
1978/79	4.581	22,95	8.271	41,44	4.356	21,83	2.282	11,43	–	–	467	2,34	19.957
1979/80	1.975	9,13	8.400	38,85	7.912	36,59	2.695	12,46	–	–	640	2,96	21.622
1980/81	2.988	18,18	6.048	36,79	3.378	20,55	3.109	18,91	–	–	915	5,57	16.438
1981/82	8.263	23,36	11.034	31,20	11.569	32,71	3.287	9,29	714	2,02	500	1,41	35.367
1982/83	1.550	9,58	5.549	34,31	4.050	25,04	3.444	21,29	617	3,81	965	5,97	16.175
1983/84	5.921	19,49	7.408	24,38	9.583	31,54	5.100	16,79	771	2,54	1.600	5,27	30.383
1984/85	4.032	18,49	6.450	29,58	5.523	25,33	3.996	18,33	479	2,20	1.325	6,08	21.805
1985/86	5.414	16,60	8.926	27,37	10.693	32,78	5.079	15,57	1.014	3,11	1.490	4,57	32.616
1986/87	2.016	14,93	1.559	11,55	4.310	31,93	3.641	26,97	783	5,80	1.191	8,82	13.500
1987/88	10.040	23,40	12.650	29,49	13.160	30,68	4.760	11,10	890	2,07	1.400	3,26	42.900
1988/89	2.200	10,76	3.170	15,37	8.780	42,56	4.660	22,59	800	3,88	1.000	4,85	20.630
1989/90*	3.000	13,10	3.500	15,28	9.100	39,74	4.900	21,40	900	3,93	1.500	6,55	22.900

FONTE – IBC.
* Estimativa.

do, desde a safra 1976/77. Observa-se que, neste estado, existe a maior concentração de cafeeiros, chegando a quase 2 mil covas por hectare, no levantamento feito pelo **IBC**, em dezembro de 1988. Outros dois estados que vêm incrementando suas participações e aumentando os parques cafeeiros são o **Espírito Santo** e a **Bahia**, com cerca de 1,43 e 1,47 mil covas por hectare, respectivamente.

No **Espírito Santo**, houve quebra de 30% nas plantações localizadas ao norte do estado. A estimativa da colheita capixaba é de 4,9 milhões de sacas de 60 kg.

Nas regiões montanhosas da **Bahia**, a seca atingiu os pés na fase de granação, gerando elevado percentual de **chochamento**, que vai afetar negativamente a qualidade do produto. O parque cafeeiro de Vitória da Conquista é o maior patrimônio regional, porém suas lavouras necessitam de adubação, melhor selecionamento de sementes e mudas, além de outros tratos fitossanitários. Sendo assim, aproximadamente 75% desta zona produtora terão produção efetiva. Já na Chapada Diamantina, o clima chuvoso em dezembro último beneficiou a cultura, que apresentou floradas e frutificação. A previsão para a colheita na safra 1989/90, neste estado, é de 900 mil sacas de 60 kg.

Em **São Paulo**, a seca atingiu a cultura na fase de floração, bem como no **Paraná**, sendo que, aí, os cafeeiros estão muito velhos e infestados por nematóides. Na microrregião paranaense de Umuarama, onde o produto é cultivado como monocultura, foi grande o número de propriedades afetadas. As estimativas de produção para essa safra nestes estados são de 3 milhões de sacas de 60 kg para o **Paraná**, ficando **São Paulo** com 3,5 milhões de sacas de 60 kg.

Após o café ter chegado ao estado de **Minas Gerais**, que lhe forneceu condições para o desenvolvimento



de uma cultura com produto de qualidade superior, muito procurado e preferido no mercado externo, a cafeicultura caminha no sentido noroeste do país, chegando a **Rondônia** e a **Mato Grosso**.

No estado de **Rondônia** o cultivo está sendo mais desenvolvido nos municípios de Cacoal, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, Ariquemes e Rolim Moura. Prevalece a cultura do tipo **robusta**, mais adaptável ao clima úmido da região amazônica, onde chove com freqüência. Cerca de 60% da produção média de 600 mil sacas beneficiadas são de **robusta**, sendo os outros 40% de **arábico**, que também é plantado com sucesso em algumas microrregiões onde existem condições climáticas mais propícias para esta variedade de café. A área cultivada fica em torno de 100 milhões de covas, com 50% de participação para o tipo **robusta** e 50% para o tipo **arábico**. Na safra 1985/86, a região obteve sua maior produção, tendo chegado a 750 mil sacas de 60 kg de café beneficiado.

Em **Mato Grosso**, mais ao norte do estado, surgiram diversos pólos importantes, localizados principalmente nas regiões de Alta Floresta, Juína e Tangará da Serra. Nesta primeira, o produto é a cultura de maior destaque e sua área plantada chega a 28 mil hectares. Foram criados núcleos formados por colonos de diversos estados. A princípio e com a influência mineira, o tipo de café escolhido para o plantio foi o **arábico**. Este, porém, não se adaptou ao clima quente da região matogrossense, sendo substituído pelo **robusta** trazido pelos capixabas, com alta produtividade, tendo pés entrando em produção com apenas 1,5 ano. Grande parte da plantação é nova, porém, há que se controlar a broca, facilmente incidente nesta região.

O sucesso do cultivo dependerá da política de colonização e da infra-estrutura regional, principalmente no que concerne às estradas para o escoamento da produção.

MANDIOCA

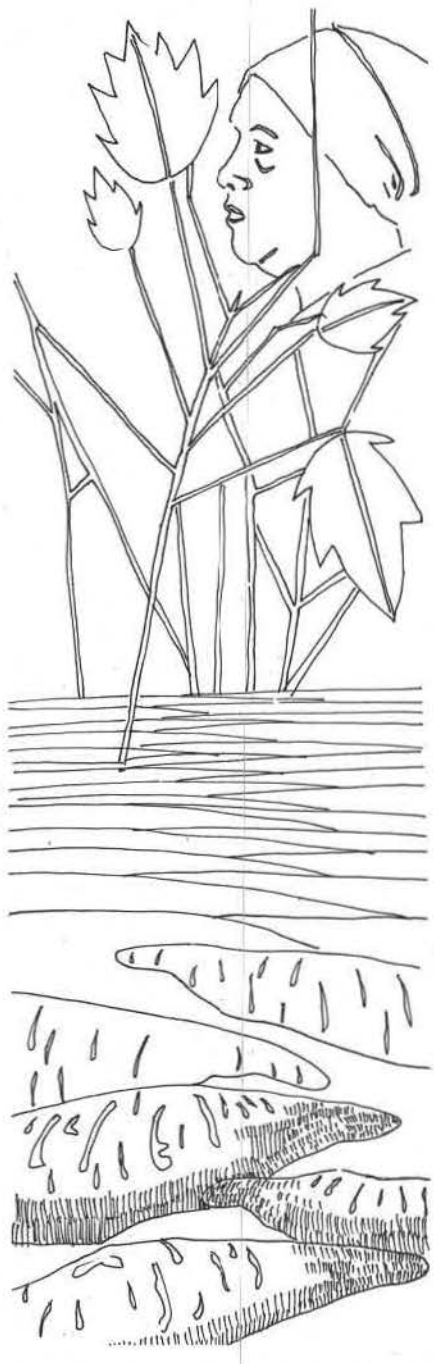
A tendência de aumento dos preços da raiz não será revertida, este ano, pois os produtores não dispõem de manivas suficientes para replantio.

A queda acentuada da produção de mandioca nos últimos dez anos foi motivada pelos baixos preços pagos ao produtor, subsídios a culturas alternativas, como o milho e o arroz, e aos efeitos dos planos **Cruzado, Bresser** e **Verão,** que **congelaram** os preços dos derivados em níveis incompatíveis com os custos de produção. Essa situação foi sentida nas indústrias, principalmente no **Centro-Sul.** Desde outubro passado, cerca de 95% (ou 47 das 50) fábricas paulistas de farinha de mandioca ficaram paradas por falta de matéria-prima, já que os produtores não aceitavam vender ao preço de NCz$ 28,12/t, tabelado pelo governo e **congelado** desde janeiro. No atacado, o quilograma da farinha de mandioca teria que ser vendido por NCz$ 0,60 para cobrir os custos de produção.

Segundo o **IBGE,** a produção de mandioca registrou aumento de 10,2% nesta safra. A colheita deve somar 22,96 milhões de t.

No **Centro-Sul,** com a seca, as plantas foram bastante afetadas e, possivelmente, as ramas não terão boa qualidade. Mesmo com melhores preços, produtores estão desconfiados, devido à queda no consumo e a não estarem ocorrendo compras por parte das indústrias.

Para tentar favorecer os plantadores, o governo baixou a **Portaria nº 224,** publicada no **Diário Oficial da União** de 07/04/89, que permite o uso de produtos substitutos à farinha de trigo, de forma parcial ou total, na elaboração de pães, biscoitos e massas alimentícias.



É evidente que efeitos positivos dessa **Portaria** não ocorrerão de imediato, pois a cultura da mandioca teve sua produção desestruturada nos últimos anos. Daí, a necessidade de que sejam adotadas outras medidas complementares e de impacto imediato, para induzir o aumento de plantio, destacando-se: 1) revisão imediata dos preços mínimos da raiz de mandioca; 2) ajuste nos preços máximos ao consumidor, tabelados para a farinha de mandioca; 3) redução do **ICMS,** principalmente nos estados do **Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia** e **Pernambuco.**

O governo aprovou reajuste de 17,94% nos preços mínimos de todos os produtos agrícolas, passando a vigorar a partir de maio. A comercialização da safra de mandioca do **Centro-Sul,** em 1988/89, terá o preço de NCz$ 33,12/t.

Registra-se, também, que a tendência de aumento dos preços da raiz de mandioca ainda não será revertida, em 1989, pois os produtores se ressentem da falta de manivas para replantio, o que favorece elevação das cotações. Por outro lado, há grande pressão sobre os preços da farinha de mandioca (que esteve entre os produtos de origem agrícola a apresentarem maiores majorações, no ano passado), não em decorrência do aumento da demanda, mas pela alta do preço da raiz. Como o governo e as indústrias estão sem estoques, o mercado continua **aquecido.**

QUADRO 05 – SÃO PAULO – PREÇOS MÍNIMOS E PREÇOS NO ATACADO DE PRODUTOS SELECIONADOS – SAFRA 1988/89 (em NCz$)

ESPECIFICAÇÃO	PREÇO MÍNIMO*			PREÇO NO ATACADO	
	Unidade	Congelado	Corrigido	Unidade	Preço Médio
Arroz irrigado	50 kg	8,20	10,52	60 kg	27,50
Arroz de sequeiro	60 kg	7,56	9,69	60 kg	25,50
Feijão	60 kg	22,02	28,25	60 kg	45,50
Mandioca	t	28,08	36,02	t	90,00
Milho	60 kg	5,88	7,54	60 kg	8,10
Soja	60 kg	6,84	8,77	60 kg	14,00

FONTE – CFP e Bolsa de Cereais de São Paulo.
*** Preços mínimos corrigidos pelo IPC de 3,6% em fevereiro, 6,09% em março e estimativa de 6% para abril.**

Atualmente, o preço está muito acima do fixado pela CFP (ver Quadro 05).

A escassez durou todo o primeiro semestre. Contudo, como muitos produtores replantaram, mesmo fora da época, é possível que o abastecimento de raiz de mandioca melhore na segunda metade do ano.

Destaque-se, porém, que, na **Bahia**, maior estado produtor, que responde por 20% da farinha de mandioca produzida no país, a área de plantio está sendo gradativamente reduzida. Segundo a **Cepa** daquele estado, este ano, a redução poderá chegar a 30%, comprometendo ainda mais o abastecimento.

A farinha de mandioca teve, este ano, preços muito acima dos do arroz, do feijão e, até mesmo, da farinha de trigo. Esta alta é atribuída à escassez da raiz de mandioca, que continua com as cotações no mercado em torno de NCz$ 80,00/t no **Centro-Sul**. Estiveram mais altas, há semanas, tendo atingido os NCz$ 100,00/t. Em **São Paulo**, devido ao tabelamento do **Plano Verão**, o quilograma da farinha de mandioca torrada foi vendido a NCz$ 1,08, 96,4% a mais do que o da farinha de trigo especial, tabelada em NCz$ 0,55, mesmo com a retirada do subsídio. O mesmo acontece com relação ao arroz, com o **tipo 2** tabelado em NCz$ 0,50/kg e o **tipo fino** em NCz$ 0,62/kg. Também está acima do feijão, cujos preços, tanto os do **carioquinha**, como os do **feijão-preto**, estão em NCz$ 0,87/kg.

Em conseqüência desta situação, está havendo redução no consumo de farinha de mandioca. Pode-se citar como exemplo desta diminuição a entrada de farinha proveniente do **Nordeste** nos mercados de **São Paulo, Brasília** e **Belo Horizonte**, embora naquela região também tenha ocorrido menor produção.

Devido a estes problemas, foi criado o **Comitê Nacional para a Mandioca (Conaman)**, através da **Portaria nº 155**, de 03/03/1989, que funcionará como órgão de assessoramento do **Ministério da Agricultura**. Será presidido pelo **Secretário Geral** daquele Ministério e, na sua ausência, pelo titular da **Secretaria Nacional de Abastecimento (SNAB)**.

As entidades públicas e privadas ganham, com a criação do **Conaman**, um espaço para seus pleitos, discussões e encaminhamento de resoluções de interesse dos produtores.

As regiões **Norte** e **Nordeste** participam com apenas uma entidade privada, a **Associação dos Produtores de Mandioca da Paraíba**, apesar de sua expressiva participação na produção do país (64,6% em 1988). A inexistência de maior representação nessas regiões deve-se à ainda precária estrutura de produção agroindustrial da cultura de mandioca, embora seja de grande importância na dieta alimentar. A região **Centro-Sul** teve oito empresas representativas dos mandioqueiros, malgrado sua menor participação na produção do país (36,4%) isso sem contar com a **Asbram** e a **SMB**, que são de âmbito nacional.

De acordo com a **Companhia de Financiamento da Produção**, a atividade (**Norte/Nordeste**) passa por transição, saindo da etapa de subsistência para a comercial. Espera-se alguma alteração no uso da cultura, principalmente a partir do aproveitamento da parte aérea do vegetal.

As **Secretarias de Agricultura** dos estados de **Pernambuco, Bahia, Ceará** e **Paraíba** e a **Sudene/Ciat/Iica/Embrapa** estão em contato com a **Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI)**, com vistas a fortalecer a estrutura de produção de mandioca naqueles estados. De fato, ali existem grandes possibilidades de expansão na produção, com melhores índices de produtividade, implicando menores custos unitários o que, conseqüentemente, aumentará o potencial de participação nos mercados.

Maria Tamar Macedo Varão, *economista.*

CACAU

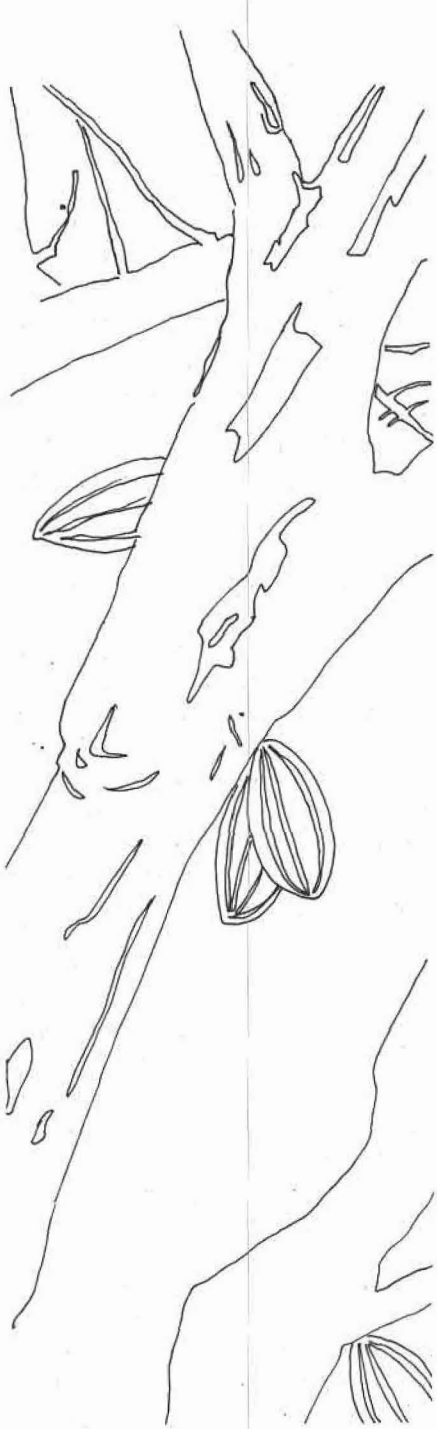
*A produção de cacau no **Brasil** necessita de maior eficiência. Seus custos são dos mais elevados em nível mundial, e vem aumentando a concorrência de outros grandes produtores.*

O atual ciclo de preços baixos do cacau trará prejuízos diversos aos países produtores, que serão sentidos de modo diferenciado, conforme a situação peculiar da cacauicultura em cada um deles. Os menos eficientes serão afetados primeiramente. No médio prazo, talvez cinco anos, a continuar o desestímulo, haverá predisposição a desorganizar a atividade. Nesse período, possivelmente, será ampliada a diferença entre as duas categorias de países produtores, determinada pela boa ou má competitividade no mercado internacional.

Haverá problemas que afetarão a produção, como o desincentivo aos tratos culturais, menor uso de fertilizantes e defensivos e o abandono de áreas. Isto costuma ser uma das regras do **manual de sobrevivência** da cacauicultura, quando submetida a regime de baixos preços.

É de se crer que o **Brasil** resistirá às condições desfavoráveis, pois a atividade, aqui, já alcançou maior grau de modernização. Todavia, é preciso que se preserve a cacauicultura organizada e, sobretudo, haja determinação de manter a competitividade.

No momento, observa-se persistente tendência de maior crescimento da produção mundial do que do consumo, o que implica formação de excedentes. Contribuem para isto as maiores produções brasileira e da **Costa do Marfim** e a emergência de nova zona de produção, situada no **Sudeste Asiático (Malaísia e Indonésia)**.



Sucessivos recordes de produção foram alcançados em 1979/80, 1980/81 e 1981/82. Seguiram-se anos de seca e problemas diversos na **África** mas, desde 1984/85, obtêm-se novas safras recordes. É possível que esta tendência continue nos próximos anos, em razão do estágio de desenvolvimento de novos plantios realizados no **Brasil, Costa do Marfim, Malaísia e Indonésia.** O **Gráfico 02** apresenta o desempenho de alguns dos principais indicadores do mercado internacional, desde 1977/78.

Nesta conjuntura, caberá aos produtores brasileiros grande esforço para reduzir seus custos de produção. É preciso atentar, outrossim, que, além dos preços baixos no exterior, outros problemas vêm prejudicando a competitividade da cacauicultura do país. Nos últimos anos, as plantações baianas e capixabas têm sido afetadas por estiagens que perturbam sobremaneira a economia cacaueira, levando ao endividamento e à inadimplência.

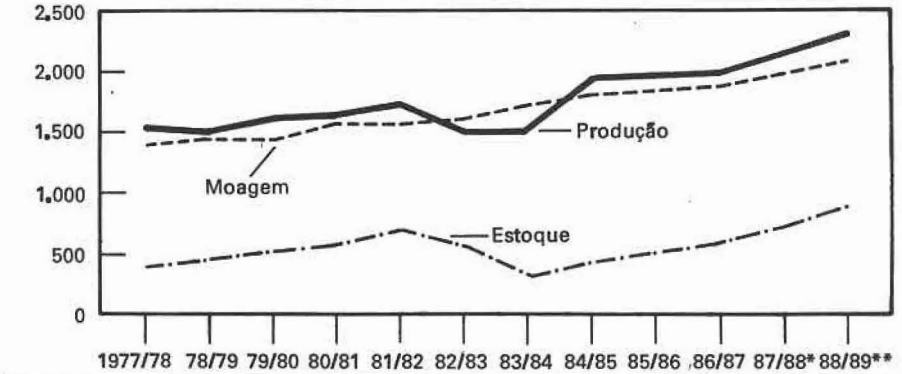
Evidentemente, esta situação se agravou e deixará seqüelas por mais alguns anos, comprometendo o desempenho da cacauicultura, em termos de produção, produtividade, custos e lucratividade, fazendo com que as lavouras brasileiras fiquem em situação desvantajosa, quando comparadas com as de seus maiores rivais, que são a **Costa do Marfim** e a **Malaísia.**

Para apoiar o argumento acima, tem-se observado que a produção e

a produtividade (rendimento físico) não vêm crescendo substancialmente no **Brasil**, durante os últimos onze anos, em comparação com aqueles dois países (a **Costa do Marfim** é o maior produtor, e a **Malásia** o terceiro produtor mundial). De fato, conforme o Gráfico 03, a produção de cacau da **Costa do Marfim** dobrou e a produção malaísia aumentou dez vezes, nos últimos anos.

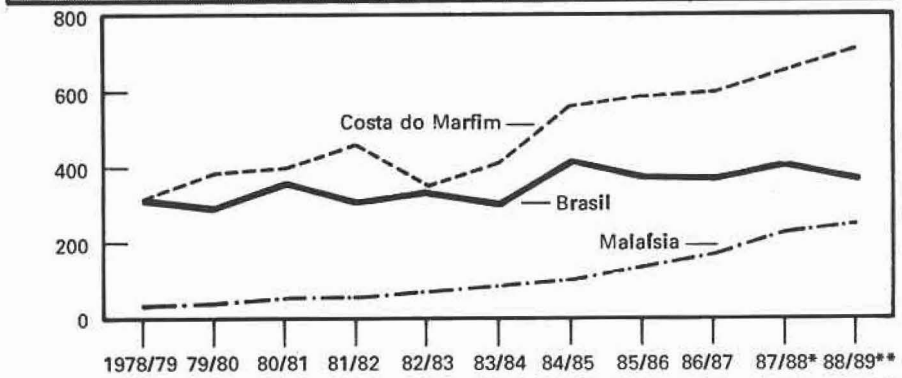
Com relação ao comportamento da produção de cacau dos três países em referência, no período 1977/78 a 1988/89, observam-se dois fatos que preocupam e exigem reflexão. No que se refere à tendência, as produções da **Costa do Marfim** e da **Malásia** apresentam-se com maiores crescimentos anuais do que a do **Brasil**. De fato, em 1977/78, as colheitas do **Brasil** e **Costa do Marfim** eram equivalentes e, em 1988/89, aquele país africano deverá colher o dobro da produção brasileira. Assim, distancia-se do **Brasil**, na corrida pela liderança, enquanto a **Malásia** se aproxima rapidamente. Outro aspecto é que as safras da **Costa do Marfim** e da **Malásia**, nos últimos onze anos, cresceram com menores variações anuais. Ao contrário, o **Brasil** apresenta oscilações mais intensas, com altos e baixos na trajetória da produção, resultantes, em maior grau, de períodos climáticos adversos.

GRÁFICO 02 – CACAU – PRODUÇÃO, MOAGEM E ESTOQUES MUNDIAIS 1977/78 A 1988/89 – (em mil t)



* Estimativa;
** Previsão.

GRÁFICO 03 – CACAU – PRODUÇÃO DE PAÍSES SELECIONADOS – 1978/79 A 1988/89 – (em mil t)



* Estimativa;
** Previsão.

Era de se esperar que, com maior diversidade climática resultante da dispersão das áreas produtoras brasileiras (**Bahia, Espírito Santo, Rondônia, Pará, Amazonas, Mato Grosso**) houvesse maior equilíbrio na variabilidade da produção, o que não se verificou.

Isto porque no lançamento do **Programa**, em 1976, foram identificados 150 mil ha passíveis de renovação, mas apenas 39 mil ha o foram de fato. Assim, no fim do **Procacau**, 111 mil ha deixaram de ser renovados, tornando a atividade mais vulnerável aos períodos de clima adverso. Já das novas áreas de plantio (161 mil ha), 56% foram implantadas em solos mais pobres ou em áreas periféricas.

Nestes locais, somente com correção dos solos e pesadas adubações, foram alcançados níveis de produtividade comparáveis aos dos cacauais implantados em solos ricos, de maior adequação ao cultivo. Também aqui, os efeitos climáticos adversos e os preços baixos acarretam grande variabilidade na produção. Por último, em algumas áreas amazônicas, particularmente **Rondônia**, a virulência dos ataques da doença **Vassoura de Bruxa** tem reduzido não somente as áreas de plantio de ano para ano, mas também tem imposto severas perdas na produção de forma diferenciada, de acordo com a incidência da enfermidade, que deriva das condições do meio ambiente.

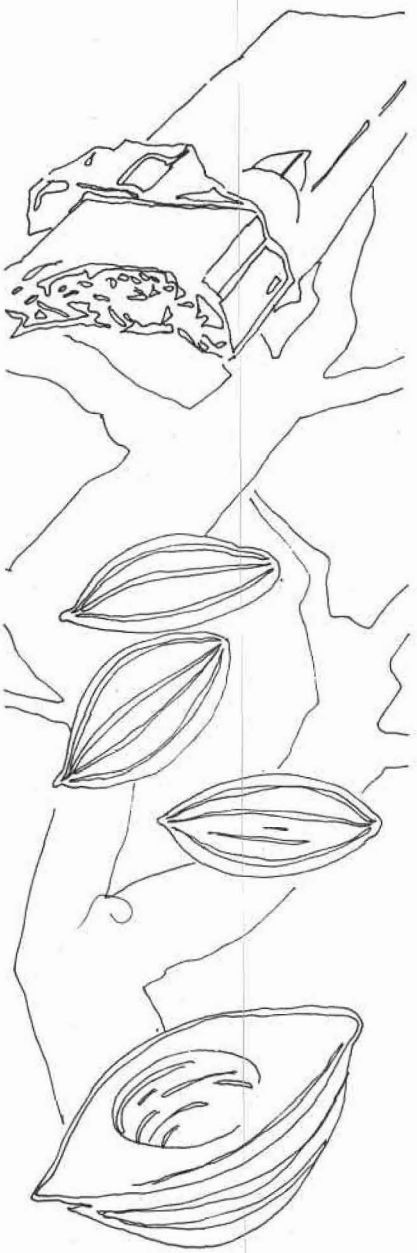
Interessante contribuição, para que se compreenda o que vem acontecendo nas áreas cacaueiras da **Bahia** e do **Espírito Santo**, é o trabalho de **Luiz Ferreira da Silva** e **Geraldo Carletto**, analisando uma avaliação qualitativa realizada nas áreas plantadas no decurso do **Procacau**[1].

1 **Silva, L.F. da e Carletto, G. – A Avaliação Qualitativa do Procacau. Aspectos Agronômicos das Áreas Implantadas na Bahia e Espírito Santo. Ceplac/Cepec, Documento Interno.** Setembro de 1988.

Se o produtor de cacau na **Bahia** fizer a renovação de suas plantações de baixa produtividade que, via de regra, vão **casadas** com custos mais altos de produção, utilizando técnicas conhecidas e empregando o insumo mais barato, a semente híbrida de cacau, conseguirá aumentar a produtividade dos cacauais para mais de 1.000 kg/ha.

A renovação de cacauais deve ser perseguida de forma a torná-la rotineira. Uma fazenda que tem composição etária bastante diferenciada, com quadras apenas entrando em produção, outro grupo com idade de estabilização, um terceiro grupo saindo de produção, terá, por certo, menor variabilidade, de ano para ano. Isto porque os cacauais estarão em condições de maior higidez, e em condições favoráveis para se confrontar com ataques de pragas, períodos de clima adverso etc. Além disso, a renovação, tornando-se prática rotineira, permitirá, gradualmente, que os avanços no melhoramento genético sejam a cada ano utilizados, tornando a fazenda e a região cacaueira mais produtivas e com maior estabilidade na produção.

Para executar um ambicioso programa de renovação, dever-se-ão imprimir mudanças no preparo de pessoal técnico (agrônomos e técnicos agrícolas) e extensionistas. O profissional, a cada dia e a cada ano, terá que ser um especialista em administração rural, um economista da agricultura, capacitado para examinar as contas das propriedades, analisá-las, projetar novas estruturas de contas e apoiar, inicialmente, o cacauicultor no processo de tomada de decisões, no nível da propriedade. Somente assim se poderá chegar à conceituação adequada e prática do que será um plantio decadente ou anti-econômico, se deverá ser renovado, quando deverá ser iniciada a renovação, e a que taxa anual.



A análise da vida econômica da fazenda de cacau permitirá, ainda, decidir se é oportuno adubar, quais os trechos que podem ser adubados (aqueles que **pagam** a adubação), se o controle de um surto de **podridão parda** é significativo a ponto de se investir na aquisição de fungicidas e no custo da mão-de-obra para as pulverizações.

Em relação à tendência da produção observada nos três principais países produtores, vale comentar, adicionalmente, a situação das respectivas áreas cultivadas, no sentido de observar sua evolução, bem como as taxas de crescimento no período 1975 a 1985, resumidos no Quadro 06.

Como exemplo de competitividade a ser buscada, cita-se o caso da **Malaísia**, que emprega a mais avançada tecnologia na produção de cacau e, por isso, é o produtor mundial com menor custo unitário de produção. Se esforços maiores não forem feitos no **Brasil** nos próximos anos, nesse sentido, a receita do cacauicultor continuará a ser prejudicada. **Glen Trout**, em reunião realizada em **Costa Rica**[2], em 1987, cita que as fazendas mais bem administradas na **Malaísia** têm custo de produção em torno de US$ 0,40/libra-peso, o que representa US$ 12,00/@ ou US$ 800/t.

Segundo a publicação **Malaysian Digest**, de julho de 1988, aquele país

QUADRO 06 – CACAU – ÁREA CULTIVADA NOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES 1975, 1980 E 1985 – (em mil ha)

ANO	COSTA DO MARFIM		BRASIL		MALAÍSIA	
	Área	%	Área	%	Área	%
1975	785	–	392	–	24	271
1980	1.075	37	569	45	89	152
1985	1.434	33	670	18	225	

FONTE – Ceplac e Fao.

2 **Glen Trout. Cocoa Situation in the Caribbean. Inter American Cocoa Forum. Costa Rica**, janeiro de 1987.

pretende ocupar o segundo lugar na produção mundial de cacau, nos próximos cinco a seis anos. O segundo lugar é, hoje, do **Brasil**. O **Diretor do Instituto Malaísio de Pesquisas e Desenvolvimento Agrícola (Mardi), Dr. Mohamad Yosof Hashim**, declarou que, se todos os atuais programas para a cacauicultura forem levados a efeito, sem pressa, o país deverá produzir 400 mil/t, nesse período. Afirma que os esforços para expandir a produção incluem o uso de clones de qualidade, abertura de novas áreas e promoção de plantios em associação com coco, frutas e outros cultivos. A pesquisa está atualmente trabalhando num projeto usando tecnologia para cultivar três mil cacaueiros por hectare.

Novas áreas da **Malaísia** estão entrando em produção e, em 1987/88, foram produzidas 210 mil t, sendo 130 mil t provenientes de **Sabah**, 72 mil t da **Península Malaísia** e 18 mil t de **Sarawak**. A área plantada, por região, conforme o **USDA**, em 1988, está apresentada no Quadro 07.

Assim, a produção da **Malaísia** continuará a crescer, e a área prevista para 1989 pode assegurar safra de 400 mil t nos próximos anos. Em artigo publicado em 1986, logo após visita da **Missão Técnica** da **Ceplac** àquele país, dizia-se[3]: "Não fossem as credenciais que a **Malaísia** ostenta com dendê e borracha, além de se constituir numa grande potência agrícola tropical, provavelmente não se poderia levar a sério a meta de pretender entrar no **fechado** clube dos cinco grandes produtores de cacau, que não admitia outro sócio nos últimos quarenta anos. Vamos nos preparar, portanto, para ouvir falar que os maiores produtores de cacau são: **Brasil, Costa do Marfim, Malaísia, Gana** e **Nigéria**."

Hoje, a **Malaísia** já desafia o segundo lugar do **Brasil**, e com ele disputa a liderança, em termos de produtividade média. Liderança que foi exibida com orgulho na década de 70 e meados da de 80. Se a produtividade brasileira alcançou a média de 615 mil kg/ha para uma área plantada de 650 mil ha e produção de 400 mil t, a **Malaísia** produzindo 220 mil t, em 1987/88, numa área de 265 mil ha, conseguiu produtividade de 830 kg/ha.

Portanto, o caminho da cacauicultura brasileira é o de buscar competitividade e eficiência. Os custos de produção do **Brasil**, em comparação com outros países, são dos mais altos, em razão do custo de mão-de-obra.

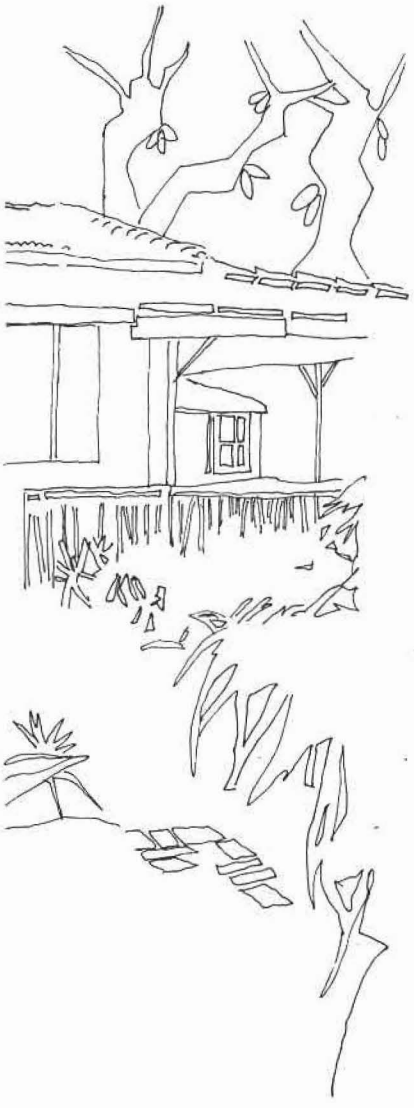
Na disputa com a **Costa do Marfim**, o **Brasil** figura com vantagens comparativas. Isto porque, apesar do rápido crescimento da produção verificado naquele país (no período de 1975 a 1985, a área plantada cresceu de 785 mil ha para 1,434 milhão de ha, conforme Quadro 06) a produtividade atual é inferior aos 400 kg/ha.

Além disto, apresentam-se incertezas quanto à economia cacaueira daquele país africano, decorrentes de eventual instabilidade política, derivada da sucessão do governo do **Sr. Félix Houphouët-Boigny**, à frente do país desde 1960 e as prioridades suntuárias dadas à construção de uma nova capital na sua aldeia natal, **Yamoussoukro**. Há também a política

QUADRO 00 – MALAÍSIA – ÁREA PLANTADA COM CACAU POR REGIÃO – 1985-1989 (em ha)

ANO	PENÍNSULA MALAÍSIA	SABAH	SARAWAK	TOTAL
1985	100.587	172.713	24.252	297.552
1986	105.908	184.477	31.949	322.334
1987[1]	110.000	194.000	37.000	341.000
1988[1]	113.000	200.000	41.000	354.000
1989[2]	117.000	207.000	46.000	370.000

FONTE – USDA, outubro de 1988.
1 Preliminar;
2 estimativa.



3 **Menezes, J. Alexandre de S. – Capitalismo no Campo. Jornal Agora** – Itabuna, Bahia, 1985.

QUADRO 08 – REGIÃO SUL DA BAHIA – MUNICÍPIOS, ÁREAS POLIGONAIS E CACAUEIRA E PRODUÇÃO, DISTRIBUÍDAS PELOS AGROSSISTEMAS – 1981

AGROSSISTEMA	MUNICÍPIO	ÁREA POLIGONAL (ha)	ÁREA CACAUEIRA (ha)	PRODUÇÃO (t)
ALMADA	Ilhéus, Itabuna, Uruçuca, Itajuípe, Coaraci, Lomanto Júnior, Almadina, Jucari, Itapé, Buerarema, Ibicaraí e Floresta Azul. (12)	524.100	188.986	114.134
IPIAÚ	Ipiaú, Gandu, Itamari, Jitaúna, Itagi, Aiquara, Ibirataia, Barra do Rocha, Ubatã, Ibirapitanga, Gongogi, Aurelino Leal, Ubaitaba, Itagiba e Jequié. (15)	451.480	134.364	85.665
CAMACÃ	Camacã, Santa Luzia, Arataca, Mascote e Pau Brasil. (5)	351.088	101.110	50.869
VALENÇA	Valença, Cairu, Nilo Peçanha, Maraú, Itacaré, Taperoá, Ituberá, Camamu e Una. (9)	638.900	58.984	24.660
CANAVIEIRAS	Belmonte e Canavieiras. (2)	405.700	38.687	16.697
ITAMARAJU	Itamaraju e Guaratinga. (2)	557.900	32.018	11.629
IBICUÍ	Dário Meira, Itapitanga, Iguaí, Ibicuí, Firmino Alves, Itororó, Santa Cruz da Vitória, Itaju da Colônia e Potiraguá. (9)	589.200	25.631	14.010
JIQUIRIÇÁ	Laje, Ubaíra, Jiquiriçá, Mutuípe, Teolândia e Wenceslau Guimarães. (6)	254.500	25.353	9.754
ITAGIMIRIM	Itagimirim, Itapebi e Santa Cruz Cabrália (34%). (3)	249.000	11.891	5.802
PORTO SEGURO	Porto Seguro, Prado (50%) e Santa Cruz Cabrália (66%). (3)	676.000	8.669	3.310
CARAVELAS	Caravelas, Alcobaça, Nova Viçosa e Mucuri. (4)	697.900	4.297	1.819
MEDEIROS NETO	Itanhém, Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Teixeira de Freitas e Prado (50%). (6)	637.100	3.130	1.000

FONTE – Silva, L.F. da e Leite, J. de O. – Caracterização Preliminar dos Agrossistemas da Região Cacaueira da Bahia/Espírito Santo. Centro de Pesquisas do Cacau, Itabuna, Bahia, Brasil. 1980.

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

de retenção de estoques que vem praticando nos últimos anos, que pode exercer importante papel de desestabilização do setor produtivo de cacau da **Costa do Marfim.**

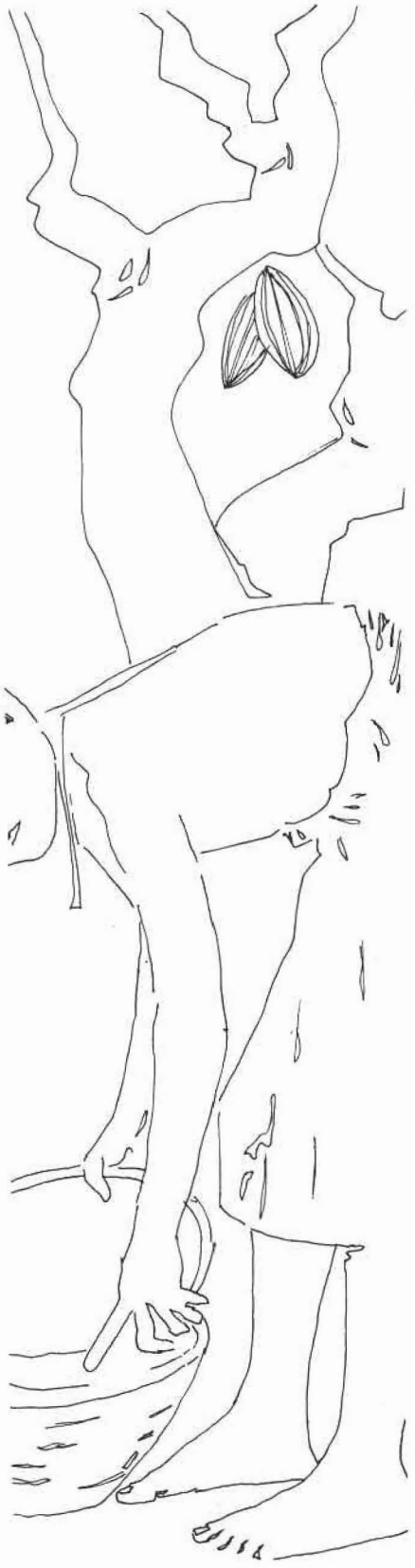
No **Brasil,** conforme referência anterior, é necessário dar prioridade à assistência técnica qualificada e a **pacotes tecnológicos** adequados às peculiaridades das regiões produtoras.

Na **Bahia, Silva** e **Leite,**[4] utilizando a conceituação de unidades fisiográficas, denominadas **agrossistemas,** regionalizaram a região **Sudeste,** que ficou subdividida em doze **agrossistemas.** Para esta conceituação, foi utilizada a definição de **Dasmann**[5]: "todo o complexo de componentes de uma região, de natureza orgânica, ou não, e modificações, tanto pela agricultura, como por outras atividades humanas".

Nos Quadros 08 e 09, são apresentados os doze **agrossistemas** do **Sudeste** da **Bahia,** com a distribuição dos municípios, a área poligonal (ha), área cacaueira (ha) e produção de cacau (t).

Deve-se destacar a importância dos **agrossistemas** do **Almada, Ipiaú** e **Camacã** que, com 32 dos 72 municípios agrupados na região do Sudeste Baiano, concentram apenas 22% do total de uma área poligonal de 6 milhões de ha, mas somam 424.460 ha de cacauais, ou seja, 67% do total e produzem 250.668 t de cacau, que representam 74% do total estimado para 1984, de uma produção de 339.349 t.

Concentrando a assistência técnica para os cacaueiros assentados nestes três agrossistemas – **Almada, Ipiaú** e **Camacã** – e, se promovendo a avaliação dos pacotes tecnológicos disponíveis para a produção de cacau, poder-se-á ". . . orientar novas pesquisas e considerando-se não só o meio físico (solo e clima), como as condições diferenciadas do agricultor", conforme, **Silva** e **Leite.**



Na **Amazônia,** deverá ser enfatizada a atenção para os pólos produtores de **Rondônia** e **Pará,** com expressivas áreas cacaueiras implantadas, beirando os 100 mil ha, que poderão contribuir com a oferta de um novo tipo de cacau, de maior rendimento industrial e aumentar a competitividade do produto brasileiro no mercado mundial.

No que diz respeito aos custos de produção nas fazendas, cabe atentar que a lucratividade da atividade cacaueira pode ser obtida, pelo menos, por três maneiras: a) vendendo, oportunamente, por preço mais alto; b) aumentando a produtividade, com o emprego de práticas agronômicas que irão custar menos do que o retorno esperado, pelo acréscimo da produtividade; e c) reduzindo os custos de produção, sem diminuir substancialmente a receita bruta esperada da produção.

Nos anos vindouros, não parece ser realista ou prático esperar aumento substancial nos preços, em termos reais. A estratégia mais lógica para a maioria dos cacauicultures será a adoção de esforços no sentido de aumentar a lucratividade, pelo incremento da produtividade, e/ou redução dos custos de produção. Para isto, é imprescindível melhorar sensivelmente o aspecto gerencial da unidade produtora de cacau.

Além disto, o **Brasil** deve adotar uma série de medidas para **preservar** sua cacauicultura, ou seja, fazer com que permaneça, acima de tudo, organizada. É preciso ter cuidado, porque em períodos longos de baixos preços é que alguns países perdem o **rumo** da sua cacauicultura, desfazem e desmantelam sua estrutura

4 **Silva, L.F. da e Leite, J. de O. – Caracterização Preliminar dos Agrossistemas da Região Cacaueira da Bahia/Espírito Santo. Centro de Pesquisas do Cacau.** Itabuna, Bahia, 1988.

5 **Dasmann, R.F. et al. Ecological, Principles for Economic Development.** Londres, Wiley, 1973.

QUADRO 09– REGIÃO SUL DA BAHIA – POTENCIALIDADE AGRÍCOLA DOS AGROSSISTEMAS

AGROSSISTEMA	SOLOS	USO ATUAL	POTENCIALIDADE AGRÍCOLA
ALMADA	Alfisols, Ultisols (meso e distróficos), Inceptisols, Oxisols (Cr e Tb).	Cacau, pasto, coco e piaçava.	Cacau, pasto (intensivo), dendê, coco, piaçava, raízes/tubérculos, fruticultura e macadamia.
IPIAÚ	Alfisols (ustic), Ultisols (meso e distróficos), Mollisols, Oxisols (Cr).	Cacau e pasto.	Cacau, pasto, seringueira e cultivos anuais.
CAMACÃ	Alfisols, Ultisols (meso e distróficos), Oxisols (Cr e Tb).	Cacau e pasto.	Cacau, pasto, raízes/tubérculos, seringueira e reflorestamento.
VALENÇA	Oxisols (Cr e Tb), Ultisols distróficos, Podzols, Psamments.	Cacau, coco, dendê, seringueira e especiarias.	Dendê, cacau, raízes/tubérculos e especiarias.
CANAVIEIRAS	Aluviões, Oxisols (Tb),Podzols, Psamments, Hidromórficos.	Cacau, pasto, coco e cana.	Cacau, cana, coco, raízes/tubérculos e fruticultura.
ITAMARAJU	Alfisols (ustic), Oxisols (ustic), Ultisols (meso e distróficos).	Cacau, pasto e café.	Pasto, cacau, cultivos anuais, reflorestamento e café.
IBICUÍ	Mollisols, Alfisols (ustic), Oxisols (ustic).	Pasto, cacau e cultivos anuais.	Pasto, cacau, cultivos anuais e raízes/tubérculos.
JIQUIRIÇÁ	Oxisols (ustic), Ultisols (meso e distróficos).	Pasto, cacau e cultivos anuais.	Pasto, cacau, cultivos anuais e reflorestamento.
ITAGIMIRIM	Oxisols (ustic), Ultisols (meso e distróficos), Mollisols.	Pasto, cacau e cultivos anuais.	Pasto, cacau, seringueira, cultivos anuais e fruticultura.
PORTO SEGURO	Oxisols (Tb), Aluviões, Podzols, Hidromórficos.	Cacau, pasto e café.	Dendê, cana, pasto, cacau, seringueira, fruticultura, raízes/tubérculos e café.
CARAVELAS	Oxisols (Tb), Aluviões, Ultisols (distróficos), Podzols, Psamments, Hidromórficos.	Pasto, cacau e fruticultura.	Pasto, cacau, fruticultura, cultivos anuais e café.
MEDEIROS NETO	Alfisols (ustic), Oxisols (ustic).	Pasto e cacau.	Pasto, cultivos anuais, cacau, reflorestamento, seringueira e fruticultura.

FONTE – Silva, L.F. da e Leite, J. de O. – Caracterização Preliminar dos Agrossistemas da Região Cacaueira da Bahia/Espírito Santo. Centro de Pesquisas do Cacau, Itabuna, Bahia, Brasil. 1988. 12p.

produtiva, construída com sacrifícios ao longo de várias décadas. Organizar a cacauicultura baiana, após a crise de 1957/65, durante a qual foi criada a **Ceplac**[6], exigiu muitos anos e um trabalho gigantesco. Destruí-la leva bem menos tempo.

Alguns setores da cacauicultura exigem a eliminação dos 10% do **Imposto de Exportação**, fonte de recursos da **Ceplac**, que, dirigidos aos serviços de pesquisa, ensino e extensão têm efeito multiplicador. É inadmissível defender a extinção do **Imposto** ou **taxa de confisco cambial**, incidente sobre as exportações. O cacauicultor, sem dúvida o maior interessado, defende a preservação da **Ceplac**, via manutenção do **Imposto**, porque vê de forma muito clara seu papel político. Apesar de representarem um ônus, os 10% do imposto constituem-se uma salvaguarda, segurança para as incertezas do futuro.

Na situação em que se encontra, a cacauicultura brasileira enfrenta três inimigos: baixos preços internacionais, custos de produção elevados e forte endividamento (provocado pelas secas). Recomendam-se medidas estratégicas que visem a preservar sua potencialidade produtiva, como a capacidade produtiva dos cacaueiros, a preservação do emprego do trabalhador e a manutenção da **Ceplac**.

A fim de buscar eficiência, há que se explorar o potencial dos cacaueiros, através de práticas agronômicas e uso de insumos modernos. A tecnologia tradicional terá que ser descartada, como opção de sobrevivência, se a opção de baixar os custos unitários for prioritária. Alta produtividade é um pré-requisito para obtenção de boa posição mundial. A implementação dessa estratégia toma a forma de adequação de pacotes tecnológicos e gerenciais apropriados aos diversos **agrossistemas** da região cacaueira, bem como aos sistemas culturais adotados (sistemas alternativos de uso de defensivos químicos, níveis de fertilizantes), novos sistemas de produção utilizando menores quantidades de recursos e sem o comprometimento das altas produtividades[7].



A pesquisa de natureza sócio-econômica terá um papel importante na geração de informações, que levem à racionalização da utilização de mão-de-obra na fazenda de cacau. Responsável por cerca de 70% do custo de produção de uma arroba, a mão-de-obra mereceu, até há pouco, escassas pesquisas. É preciso iniciar e ampliar estudos sobre o emprego da força de trabalho, estudos de tempo e movimento, especialização etc.

Isto é preciso para melhorar o **fator gerencial** das fazendas. Outra oportunidade que não deve ser negligenciada, principalmente para os pequenos produtores, é o inter-cultivo ou cultivos associados. A **Ceplac** e regiões da **Bahia** e da **Amazônia** reúnem suficiente conhecimento para a defesa e utilização da associação seringueira/cacaueiro e pimenta-do-reino/cacaueiro, não esquecendo as combinações com essências florestais.

A mão-de-obra deve ser privilegiada, com a melhoria de sua dieta alimentar, adotando-se, talvez, a produção de alimentos na própria fazenda, de forma associada fazendeiro/trabalhador rural, com a criação de animais de pequeno porte (suínos, coelhos) e o **peixamento** de represas, para o fornecimento da indispensável proteína de origem animal.

Enfim, o tempo fala das possibilidades deixadas pelos conflitos, intransigências e limitações que nos são impostos e as opções disponíveis, a longo prazo (o que é preciso fazer), médio prazo (o que se pode fazer) e curto prazo (o que se deve fazer). Em outras palavras, a experiência e o tempo ensinam que há três maneiras de se encarar o futuro:

1) enfrentar a cada dia o que aparece,
2) preparar-se para o que se pensa ser o futuro,
3) criar o futuro em que se quer viver.

José Alexandre de S. Menezes e Frederico Monteiro Álvares Afonso**, economistas da **Coordenadoria de Estudos Econômicos e Estatísticos da Ceplac.

6 A crise, na realidade, prolongou-se de 1957 a 1965, com a complementação de preços.

7 Ver, a propósito, **Cepec. Alternativas para Reduzir o Custo de Produção de Cacau. Ceplac**, julho de 1980.

A QUEIMADA E A ECOLOGIA

No processo de explicar a sua **Marília** quem era ele, que fazia, **Gonzaga** – o **Dirceu** – deixou-nos, de passagem, uma descrição sintética e antológica do que era a agricultura do seu tempo:

"Não verás derrubar os virgens matos,
Queimar as capoeiras inda novas,
Servir de adubo à terra a fértil cinza,
Lançar os grãos nas covas."

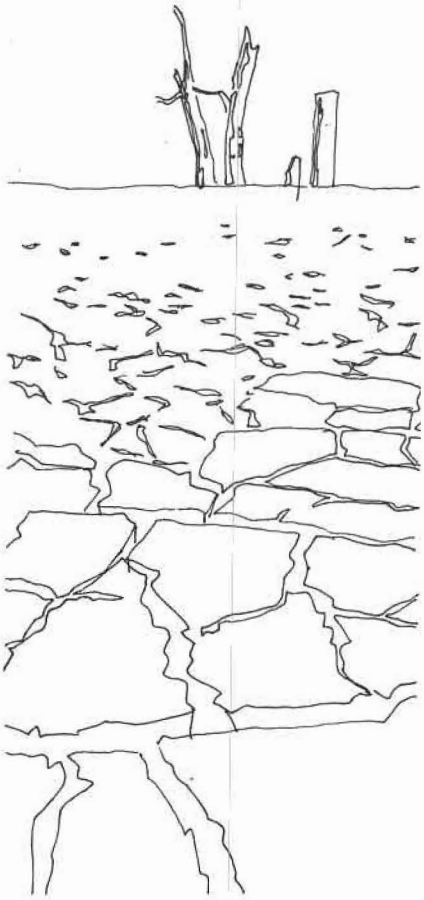
Tratava-se, evidentemente, de um processo lícito e meritório, no qual a agricultura, a produção de bens agrícolas, combinava-se com outra atividade não menos meritória, isto é, o desbravamento ou amansamento da floresta. Esta era, afinal, um inimigo a combater, porque era na selva que viviam os miasmas, as cobras, as onças e, acima de tudo, o bugre. Queimar era, em última instância, o meio de preparar o **habitat** para o homem – no sentido restrito de Homem Civilizado que, naturalmente, excluía o índio.

Passar-se-iam muitos decênios antes que outro poeta, um menino de gênio – vate, no sentido etimológico de profeta – pintasse a queimada com cores muito outras:

"Mas rubro é o céu...
Recresce o fogo em mares...
E após... tombam as selvas seculares...
E tudo se acabou..."

Refiro-me a **Castro Alves**, que, antecipando-se em muito mais de um século ao seu tempo, descrevia a queimada em termos condenatórios, dignos dos ecologistas destes fins do século XX, os jovens dos "Partidos Verdes" de vário quilate. De **Gonzaga** para cá, a natureza foi, não apenas dominada e amansada, como assassinada. Um assassinato que implica também suicídio da Humanidade assassina.





O **Brasil**, do ponto de vista agrícola, está sendo redescoberto pela terceira vez, se contamos com **Cabral** e com a epopéia bandeirante. Econômica e sociologicamente, isto implica uma revolução. Para começar, toda a problemática agrária se vê reformulada.

Com efeito, o velho latifúndio e o agricultor familiar independente – esse que deveria resultar da reforma agrária tradicional – competiam pelas mesmas terras. Terras que, por efeito do processo descrito por **Dirceu**, tornaram-se escassas. O cerrado, o pampa – salvo para fins de pecuária extensiva – e a caatinga, ou estavam fora de cogitação para fins agrícolas, ou prestavam-se muito mal a eles. Quanto à hiléia, salvo para fins de exploração florestal, que não interessa ao pequeno produtor familiar, também estava fora de cogitações.

A indústria mecânica, que supre o trator e o equipamento agrícola pesado; a indústria química, que dispensa "a queima das capoeiras inda novas", e a ciência agronômica moderna, são elas que permitiram o aparecimento de um agricultor de novo tipo. Esse agricultor de novo tipo, ou será o empresário capitalista, ou será a fazenda estatal ou cooperativa socialista – o que nos deixa apenas com a primeira opção, por-

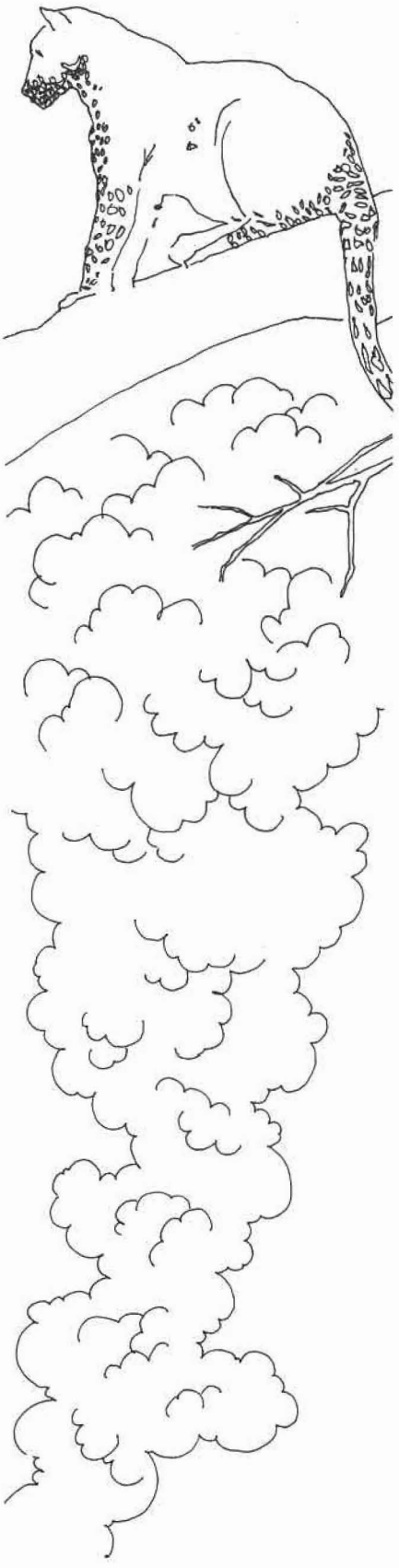
que para as outras faltam-nos condições sócio-políticas indispensáveis. De resto, como ensinava **Marx**, a história não resolve problemas não formulados.

Ora, o problema que foi objetivamente formulado, pela contraposição inconciliável entre o agricultor familiar e o velho latifúndio feudal, teve objetivamente uma solução cabal, no aparecimento de um personagem histórico novo, o empresariado capitalista agrícola, que sabe apoiar-se na indústria mecânica, na indústria química e na ciência agronômica recém surgidas. O lugar do antigo agregado, ou servo da gleba, foi tomado pelo **volante** ou **bóia-fria**, vale dizer, pelo semi-proletariado agrícola.

Esse semi-proletariado contrapõe-se, por certo, ao nascente empresariado capitalista agrícola, mas isso não quer dizer que, pelo menos no estágio presente, essa contraposição seja inconciliável. Todo um estágio do desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras ter-se-á passado antes que essa contradição se torne inconciliável. Mais precisamente, nos quadros da **4ª Dualidade**, em processo de abrir-se, os interesses fundamentais dessas duas classes sociais podem ser conciliados.

Com efeito, não é mais o monopólio da terra – como nas condições criadas pela **Abolição** – o fundamento do poder da classe dirigente. Esse fundamento é o capital, isto é, o acesso à tecnologia moderna que, por um lado, abre-lhe terras antes desinteressantes para a agricultura, e, por outro, possibilita um grande sobre-produto que, permitindo o pagamento de um salário maior do que a renda que o camponês individual poderia obter em terra própria, ainda deixa ao empresariado agrícola uma mais-valia muito considerável.

O problema inadiável que fica em suspenso é o de saber que farão o **bóia-fria** e sua família com o tempo



morto, isto é, o tempo que a fazenda capitalista não utiliza. Trata-se de um problema grave, até porque a **cidade** não tem o que fazer com a mão-de-obra liberada da agricultura pela moderna tecnologia. Ora, o desemprego urbano não é questão de somenos, até porque traz, em seu bojo, o agudíssimo problema da ordem pública, isto é, a violência urbana. Mas isso não quer dizer que dito problema em suspenso somente possa ser resolvido por via revolucionária, dado que, ao contrário do velho latifúndio feudal, o novel latifúndio capitalista pode aceitar, sem prejuízo, a reforma agrária competente, isto é, a entrega à família **bóia-fria** de um lote de terra de fração de hectare – assim como um quintal grande – onde ela possa implantar sua casa, construindo-a com o tempo livre de trabalho, e onde possa desenvolver uma agricultura e uma criação de pequenos animais, para auto-consumo.

Se a família **bóia-fria** ou **volante** tiver emprego produtivo para o que os cubanos chamavam de **tiempo muerto**, poderá reter para uso doméstico parte dos membros atualmente **ativos**, isto é, que vão buscar seu ganha-pão na fazenda capitalista. Ora, considerando que a demanda de força de trabalho por esta não tem por que diminuir, **coeteris paribus**, o resultado prático será que uma parte do presente desemprego terá sido reabsorvido pela economia rural – ou quase rural, considerando os aglomerados suburbanos ou próximos às cidades.

Segundo dados oficiais, aceitos pela **ONU**, a população urbana brasileira passou de 61,8% do total, em 1975, a 72,7%, em 1985. Em escala mundial, a urbanização passava de 38,0%, a 41,0%, no mesmo período. Neste último ano, nosso percentual de população urbana foi superior à média européia (72,0%) e à soviética (65,2%) e muito próximo da norte-americana (73,9%). A esta altura, de-

NOTA DA REDAÇÃO

Para os não-economistas, convém esclarecer que a ***4ª Dualidade*** *a que o* ***A.*** *se refere está vinculada aos* ***Ciclos de Kondratiev,*** *que marcam as fases expansivas e recessivas da economia. O* ***A.*** *deles se tem ocupado, em vários dos seus trabalhos, sobretudo em face do desenvolvimento econômico brasileiro. A literatura neste particular é pobre e o* ***A.*** *destaca, como principais obras a respeito desses* ***Ciclos,*** *as* ***Fluctuations économiques*** *(uma coleção de análises de teorias dirigida e prefaciada pelo Prof.* ***André Marchal,*** *da* ***Faculté de Droit de Paris)*** *e* ***A história econômica mundial*** *(de* ***Frédéric Mauro,*** *da* ***Université de Paris).***

O economista austríaco ***J. A. Schumpeter (Business Cycles,*** *1939) foi quem batizou os* ***Ciclos*** *com o nome do economista russo* ***Nikolai Kondratiev.*** *Eles são de longa duração (cerca de meio século), com um quartel de* ***fase a,*** *ou ascendente, e outro de* ***fase b,*** *ou descendente. Há, também, os* ***ciclos*** *mais curtos, de* ***Juglar*** *e de* ***Kitchin.***

O ***A.*** *considera os* ***Ciclos*** *não apenas fatos econômicos, mas sociais, ou seja, também fatos jurídicos, políticos, até éticos e estéticos. Situa os grandes marcos políticos da história brasileira (Independência, Abolição – República e Revolução de 1930) no decorrer das* ***fases b*** *dos* ***Ciclos*** *(1º, 2º e 3º, respectivamente) e anuncia que se está atravessando, agora, a* ***fase b*** *do* ***4º Kondratiev.***

As ***dualidades*** *básicas da economia brasileira, que se situam em dois* ***polos*** *(interno e externo), cada um deles com dois* ***lados*** *(interno e externo), podem assim ser esquematizadas:*

DUALIDADE	POLO INTERNO		POLO EXTERNO	
	Lado Interno	Lado Externo	Lado Interno	Lado Externo
1ª	escravismo	feudalismo	capitalismo mercantil	capitalismo industrial
2ª	feudalismo	capitalismo mercantil	capitalismo mercantil	capitalismo industrial
3ª	feudalismo	capitalismo mercantil	capitalismo industrial	capitalismo financeiro
4ª	semi-salariato (bóias-frias etc.)	semi-capitalismo rural	capitalismo industrial	capitalismo financeiro

Quanto aos ***Ciclos,*** *ocorreram aproximadamente nos seguintes intervalos:*

CICLO	INTERVALO
1º – a	1 790 – 1 815
1º – b	1 816 – 1 850
2º – a	1 851 – 1 870
2º – b	1 871 – 1 900
3º – a	1 901 – 1 920
3º – b	1 921 – 1 948
4º – a	1 949 – 1 973
4º – b	1 974 –



ve ser maior que a dos **Estados Unidos da América.**

Muito provavelmente, parte importante da população recenseada como urbana, embora havendo deixado de ser **rural**, não deixou de ser **agrícola.** Noutros termos, embora residindo nas cidades, ou na periferia destas, em certas épocas do ano volta à área rural, para dedicar-se a fainas agrícolas. O que estaria muito bem, se essa condição de **volante** não deixasse contingentes importantes de população privados de qualquer atividade produtiva séria.

Com efeito, a elevada taxa de urbanização de nossa população não significa que a população urbanizada em idade e condições físicas de trabalhar esteja efetivamente trabalhando, mesmo que consideremos a chamada economia informal. A menos que o banditismo – que, em 1988 respondeu por doze assaltos a bancos por dia – seja também incluído nessa economia informal. Ou mesmo que o fosse.

Trata-se, na verdade, de um teratológico **exército industrial de reserva,** ou desemprego, pura e simplesmente.

É este o problema capital, que se busca resolver pela reforma agrária. Esta implica sempre em redistribuição da terra, mas isso não quer dizer que a pequena propriedade a resultar da reforma seja sempre competitiva com a grande empresa agrícola. Nas presentes condições brasileiras, a reforma agrária acima esboçada não habilitará o pequeno produtor dela resultante a competir com a fazenda capitalista – muito longe disso. Mas permitirá ao semi-proletário auferir uma espécie de complemento de salário, que repercutirá sobre toda a economia. Em primeiro lugar, como já ficou dito, absorvendo parte da mão-de-obra hoje sobrante; em segundo, pelo dito complemento de salário (a casa, pela qual não será mister pagar aluguel, e a produção agrícola e não agrícola de auto-consumo, a ser obtida pelo emprego da mão-de-obra desviada da fazenda capitalista, assim como da mão-de-obra adolescente e idosa etc.) complemento esse que elevará o salário de base; em terceiro, porque, pelo emprego de tecnologia moderna, permitirá, não apenas o uso de terras antes ociosas, como um aproveitamento muito menos devastador dessas terras.



Isso não significa que a fazenda capitalista seja intrinsecamente conservadora da terra. Muitas das mais terríveis devastações que vimos constatando, notadamente na **Amazônia,** não se devem a pequenos produtores, mas a grandes empresários capitalistas. Mas o caso é que essa devastação não é obrigatória, no caso da empresa agrícola capitalista, visto como a tecnologia possibilita um emprego não devastador da terra, ao passo que o pequeno produtor, não tendo acesso à tecnologia moderna – equipamento mecânico, química e ciência agronômica – obrigatoriamente terá que recorrer ao método descrito por **Dirceu.**

Ignacio M. Rangel, *autor de inúmeros artigos, ensaios e livros, dentre os quais se destacam* ***A inflação brasileira*** *(4ª ed., 1978) e* ***Economia: milagre e anti-milagre*** *(1985). Colaborador de universidades, exerceu a presidência do* ***Corecon-RJ,*** *em 1983 e integrou os quadros técnicos do* ***BNDES.***

TRIGO

TRIGO – PREÇO DE VENDA AOS MOINHOS – 1984-89
(preço por t)

ANO	DATA DO REAJUSTE	VIGÊNCIA	PREÇO
			Cr$
1984	24/02	27/02	148,218
1984	11/07	16/07	223,809
1984	31/10	05/11	324,523
1984	14/12	17/12	421,880
1985	29/01	04/02	506,256
1985	28/02	04/03	632,820
1985	16/09	16/09	791,025
1985	25/11	25/11	1,060,313
			Cz$
1986	29/08	1º/09	1,060,31
1987	12/06	15/06	6,500,00
1987	30/09	05/10	7,108,59
1987	23/10	26/10	7,820,00
1987	16/02	21/12	9,775,00
1988	21/01	25/01	11,340,00
1988	24/02	29/02	13,041,00
1988	23/03	28/03	14,800,00
1988	21/04	25/04	23,680,00
1988	18/05	23/05	29,600,00
1988	10/06	13/06	36,408,00
1988	1º/07	04/07	44,782,00
1988	04/08	08/08	55,082,00
1988	26/08	29/08	66,650,00
1988	15/09	19/09	80,646,00
1988	14/10	17/10	100,134,00
1988	27/10	31/10	110,600,00
1988	1º/12	05/12	138,250,00
1988	29/12	02/01	172,121,00
1989	06/01	09/01	188,788,50
			NCz$
1989	17/01	16/01	188,78
1989	26/05	29/05	217,10
1989	23/06	26/06	260,50

FONTE – Sunab.

O plantio está-se encerrando e há indicações que a área ocupada não se reduzirá tanto quanto se supunha anteriormente. As estimativas para o **Paraná**, por exemplo, davam conta de redução de até 6%, mas a reunião do **GCEA** em fins do mês aventou a possibilidade de repetição da área verificada em 1988 (1,75 milhão de ha), o que também poderia ocorrer em **São Paulo**. Apenas as regiões de solos mais fracos, que exigiriam maior adubação, como partes do **Rio Grande do Sul, Santa Catarina** e **Mato Grosso do Sul** (cuja extensão cultivada pode passar dos 370 mil ha do ano passado, para cerca de 280 mil ha) teriam maiores recuos na semeadura.

Por ser a principal – por vezes única – opção de plantio no inverno, os agricultores insistiram em permanecer na atividade. Isto exigiu maior emprego de capitais próprios, pois o principal financiador, o **Banco do Brasil**, reduziu sobremaneira sua participação nos recursos necessários ao custeio da safra. A capitalização derivada da boa comercialização da safra passada de soja ajudou. Este ano, porém, a situação da leguminosa está atrapalhando.

Aliás, outros fatores vêm turvando o horizonte da triticultura. O pagamento apenas em abril de produto colhido em outubro foi o primeiro. Além disso, o projeto de privatização da comercialização avança com morosidade pelos meandros da burocracia. Encontra-se ainda na **Comissão de Constituição e Justiça** da **Câmara dos Deputados** e não se pode prever em quanto tempo será aprovado.

No âmbito institucional, também se encontra tramitando outra difícil questão de interesse dos triticultores, que é a necessidade de suplementação dos recursos destinados à compra da safra. Com efeito, o **corte** efetuado pelo **Congresso Federal** no **Orçamento** da **União** atingiu NCz$ 600 milhões que seriam aplicados nas aquisições de trigo. Sabe-se que estes recursos serão necessários. A decisão tem certa premência, pois, em agosto, inicia-se a colheita em **São Paulo, Paraná, Minas Gerais** e **Mato Grosso do Sul** e caberá, mais uma vez, ao **Estado**, comprar a safra. Diante da anunciada contenção de gastos governamentais, que abrangeria o crédito rural, para resolver problemas de caixa do sistema previdenciário, a situação da comercialização fica ainda mais delicada.

OPINIÃO DO LEITOR

*Em **Agroanalysis** não se mantém, por falta de espaço, uma seção do tipo **cartas dos leitores**, as quais, entretanto, são sempre bem recebidas e levadas em consideração, ensejando resposta epistolar, individual, quando possível. Inserem-se hoje, aqui, excepcionalmente, várias sínteses, dentre cerca de um milhar de críticas recentes de leitores habituais, mencionando-se apenas suas cidades de origem, já que não se possui autorização expressa para identificá-los. A direção do **Agroanalysis** vem envidando esforços no sentido de satisfazer os leitores, e há de ser este o objetivo de qualquer publicação, mas não tem conseguido superar dificuldades que enfrenta, aliás crescentes, nestes tempos bastante difíceis. Os leitores perceberão que algumas de suas sugestões já puderam ser atendidas. As demais também o serão, por certo.*

(Continuação do número anterior)

De Paranavaí (PR):
Está excelente.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Aumentar a cobertura internacional.

De São Paulo (SP):
Poderia ser agilizada a distribuição dos exemplares que, algumas vezes, chegam atrasados. Parabéns pela ótima qualidade dos artigos.

De Serrana (SP):
Perfil de preço de produtos agrícolas ou animais por um intervalo de tempo maior. Por exemplo: evolução de preços da soja no período dos últimos 20 anos.

De Brasília (DF):
Sugiro ao Sr. Editor que considere a possibilidade de incluir matéria sobre agroindústria de alimentos (ensaio especial, acompanhamento conjuntural).

De São Paulo (SP):
A atual forma de apresentação é satisfatória. Poderia ser melhorado o prazo de entrega. As edições demoram a chegar, tornando desatualizadas as informações de mercados.

De Florianópolis (SC):
Eu vejo que por vezes ela chega um pouco tarde em relação ao momento que quer analisar. Talvez seja problema de expedição. Ela é ótima em seu conteúdo.

De São Paulo (SP):
Acho que na seção "Produtos Vegetais" vocês poderiam abranger mais, entrando firme na área de fruticultura, tanto de clima temperado como de tropical, mexer mais com a área de citricultura e seringueira, em constante expansão em nosso país. Assim como enfocar também os preços, mercados e comportamentos dos produtos citados.

De Guararapes (SP):
Séries de preços recebidos pelos produtores, mensais, dos últimos dez anos, reais para os principais produtos agrícolas e (por que não?) preços dos principais insumos.

De São Paulo (SP):
Informações ou ensaios especiais sobre produtos que, não obstante a sua pouca expressividade na economia nacional, são importantíssimos em termos regionais. Exemplo: juta, malva, rami, fio de seda, guaraná, babaçu, castanha, mandioca.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Faço votos que continuem prestando esse magnífico serviço ao setor agropecuário brasileiro. Mantenham este alto padrão. Parabéns.

De Curitiba (PR):
Que os ensaios e o acompanhamento das safras, quando relacionados com os principais produtos agropecuários (ex.: milho, soja, arroz, café, laranja, bovino de corte etc.) possuam uma freqüência maior, isto é, que sejam analisados três a quatro vezes ao ano. Maior ênfase à comercialização agropecuária.

De Jundiaí (SP):
Ter uma seção de matérias destinadas à industrialização. Sinopse de acompanhamento da safra (o do IBGE não é tão preciso). Fazer matérias mais amplas, citando dados internacionais sobre produção, custos e política de estímulo.

De São Paulo (SP):
Acompanhamento mais aprofundado da pecuária de leite.

Do Rio Grande (RS):
Entrevistas com pessoal do governo ligado à agropecuária. Pequenas culturas.

De Campo Grande (MS):
Gostaria de sugerir a publicação de um ensaio sobre os efeitos da utilização de capital de terceiros, sujeito à atualização monetária, na atividade pecuária de corte, frente à variação sazonal e ao ciclo plurianual de preços.

De Jaguariúna (SP):
Maior atualidade. A revista chega com razoável atraso.

De São Paulo (SP):
Ser um pouco mais específico nas matérias. De resto, acho que **Agroanalysis** cobre bem os aspectos da agroindústria. Sou leitor assíduo e de longa data, mesmo antes de ter assinatura no meu nome.



De São Paulo (SP):
Está perfeita para nossas necessidades.

De São Paulo (SP):
Estou satisfeito com a qualidade desta publicação.

De São Paulo (SP):
Está ótima!

Do Rio de Janeiro (RJ):
Comentários mensais sobre os preceitos de política agrícola, destacando os pontos relevantes.

De Brasília (DF):
Oferta e demanda de insumos agrícolas, acompanhamento de preços de insumos, principalmente de fertilizantes simples e complexos (fórmulas). Custos de produção dos principais produtos agrícolas.

De Igarapava (SP):
Análises de mercado e custos de produção em OTN e em separatas distribuídas mais amiúde (semanais).

De Recife (PE):
Estou satisfeito com o padrão da revista.

De Niterói (RJ):
Abordar criticamente a política de comercialização de hortifrutigranjeiros, **Ceasa**, intermediário etc..., bem como de atos do **M.A., M.S., Cacex** etc..., relacionados à produção e controle de qualidade de produtos de origem animal, inclusive com entrevistas de líderes da UDR, Sindicatos, Associações etc., e, sempre que possível, uma retrospectiva legislativa dos assuntos abordados.

De Curitiba (PR):
Está muito boa.

De Ponta Grossa (PR):
Conselhos (análise crítica) do que produzir na época das safras, tendo em vista conjuntura interna do país e mercado externo, estoque do governo etc...

De São Joaquim da Barra (SP):
Nada a acrescentar. Apenas cumprimentá-los pelo excelente trabalho prestado à agropecuária nacional.

De Araguaçu Paulista (SP):
A velocidade com que as informações chegam ao leitor, pois recebo a revista normalmente dois meses após a coleta dos dados, ou mais.

De Campinas (SP):
As matérias são colocadas de uma maneira clara e objetiva, portanto achamos que mantendo este padrão nada deve ser mudado. Maior destaque para assuntos como produção de milho, preço no mercado, produção de soja e preço no mercado interno e externo e, principalmente, produtos animais.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Sugiro, para facilitar a leitura de outros leitores, uma explicação didática do item "Preços Recebidos e Relações de Troca". Assim, nas publicações subseqüentes a esta explanação, remeter os leitores para consulta no exemplar onde a explicação foi apresentada de forma didática. Creio ser uma dificuldade encontrada por muitos leitores, pela minha experiência de empréstimo da revista.

De Recife (PE):
A princípio, **Agroanalysis** corresponde a nossas expectativas. Único senão seria o anacronismo de algumas matérias. Parabéns pela publicação!

De Viçosa (MG):
Discutir um pouco mais os problemas de oferta e de procura, renda do produtor e despesa do consumidor, falando sobre esta defasagem.

De Guarulhos (SP):
Está boa.

De São Paulo (SP):
Dar "conselhos" ao governo: os estoques reguladores da carne nunca podem ser descuidados, pois o prejuízo para a população é enorme; conscientizar o governo de que, querendo, o **Brasil** será o celeiro do mundo (!?) Adianta???

De Governador Valadares (MG):
Colocar na revista assuntos de natureza tecnológica. Por exemplo: um estudo especial sobre a cultura do feijão no país. Produção, produtividade, consumo **per capita** ao longo dos anos; tendências de mercado etc. Idem para café, carne, arroz etc... A tendência mensal do mercado dos principais produtos agropecuários, como por exemplo, que o preço do milho vai aumentar, devido a escassez de chuvas etc.

De Campinas (SP):
Maior número de artigos sobre perspectivas do mercado da produção animal para curto e médio prazo, com base em dados estatísticos, política governamental e poder aquisitivo do consumidor, além das disponibilidades e preços das matérias-primas usadas na alimentação.

De Brasília (DF):
Satisfatório e muito bem elaborado o trabalho da equipe, com excelentes profissionais.

De São Paulo (SP):
A qualidade da publicação é muito boa.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Reprodução de trabalhos relacionados à economia rural; entrevistas; análise de custos de produção "reais" de lavouras e criações.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Mais análises sobre agroindústria, insumos e máquinas agrícolas.

De São Paulo (SP):
Antecipar informações sobre áreas plantadas e previsões de safras.

De Campo Grande (MS):
Informações sobre o mercado internacional de produtos agropecuários, especialmente o mercado de carne. Outras publicações fornecem essas informações, mas não têm a mesma credibilidade de **Agroanalysis**.

De São Paulo (SP):
Presteza de entregas (tem havido atrasos). Calendário de assuntos: talvez publicar matérias extensas por assunto, em determinados meses e breves notícias gerais mensais. Assim, o assunto café poderia merecer uma ampla análise no mês de setembro e breves focalizações mensais de atualização.



De Itacarambi (MG):
É uma publicação ótima.

De Patrocínio (MG):
Deveria conter um pequeno resumo de cada cultura, em geral, mostrando a situação no período, pois muitas culturas diversificadas não possuem informação de mercado e preços. Devem-se obter informações de mercado interno e externo de babosa, guaraná etc.

De Caçador (SC):
Ampliar o número de culturas analisadas.

De Patos de Minas (MG):
Informações mais detalhadas de produtos. Explorar os produtos em expansão de área; identificar mercados promissores para alguns produtos ainda de pouca expressão cultural e econômica, do tipo urucum, gengibre, açafrão etc.

De Bom Despacho (MG):
Publicação mais detalhada dos preços recebidos, pois, na forma gráfica, é mais difícil de se precisarem as variações.

De Campinas (SP):
Chegar ao leitor em data mais próxima das notícias; apresentar mais dados estatísticos com projeções futuras, tendências etc.

De Porto Alegre (RS):
Em muito tem contribuído para nós que atuamos no movimento sindical de trabalhadores rurais. Seguidamente, nos valemos deste instrumento em nossas análises sobre a agropecuária. Entendo que os assuntos da forma como estão abordados estão bons.

De Caldas (MG):
Abordagem periódica da situação de mercado interno e externo de produtos hortifrutigranjeiros.

De Brasília (DF):
É uma publicação importante para pesquisa em biblioteca agrícola.

De São Paulo (SP):
Se possível, comentários divididos em regiões; relação de trocas com fertilizantes; percentual da área plantada até aquele mês.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Poderiam ser publicadas retrospectivas sobre a evolução das políticas e desempenho agropecuário no Brasil, em comparação com o resto do mundo.

De Meotaneira (PR):
Informações mais atualizadas (tempestivas).

De Ituiutaba (MG):
Uma maior pontualidade na entrega aumentaria sua utilidade. Um aumento da cobertura e análise da pecuária leiteira seria interessante e estável. Poderia ser mais criticada, o que seria bom para o país. Por estar mais relacionado com os lucros, dar maior força na previsão e análise dos mercados futuros.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Os artigos principais deveriam ter um texto editado de forma não de relatório. Seria interessante fazer comentários sobre o que ocorreu com algumas projeções feitas há 2/3 meses.

De Campinas (SP):
A publicação é de muita utilidade.

De Campo Grande (MS):
Se possível, regionalizar as seções sobre pesquisas na área agrícola.

De Brasília (DF):
Acho interessante a continuidade dos trabalhos no nível em que está sendo apresentada.

De Brasília (DF):
Aprecio todos os tópicos abordados em **Agroanalysis.**

De Brasília (DF):
Índices e/ou indicadores acumulados por anos ou meses; análise de grandes projetos ou políticas relevantes; seção especial anual do setor agrícola do país; financiamento para a revista.

De Brasília (DF):
Só me restam elogios.

De Santo Cristo (RS):
Publicação valiosa mas pouco ágil: por sua periodicidade e época de remessa, perde parte de sua atualidade para o acompanhamento conjuntural do setor.

De Fortaleza (CE):
Maior escala das informações sobre a conjuntura agropecuária da região Nordeste, especificando os estados; maior intercâmbio com os trabalhos de conjuntura agropecuária das **Cepa's** dos diversos estados; necessidade de pequenos ensaios sobre a política agrícola nacional e seu comportamento recente.

De Concórdia (SC):
Publicação de mais matérias técnicas; escrever mais sobre alguns assuntos técnicos; regionalizar preços recebidos.

De Toledo (PR):
A distribuição deve ser agilizada, para evitar que as matérias fiquem vencidas.

De Porto Alegre (RS):
Encontro-me muito satisfeito com a abordagem dos temas contidos no **Agroanalysis** e aproveito para parabenizá-los pela qualidade do conteúdo da revista.

De Viçosa (MG):
Talvez fosse interessante a revista publicar durante o ano um artigo ou **paper** sobre um produto que esteja em evidência no mercado: por exemplo, mostrar o que está acontecendo com o leite nos últimos dez anos, não só em termos de preços, mas também o que a pesquisa tem feito para esta área. O tipo de conhecimento gerado **realmente** tem contribuído para diminuir custos e provocar aumento de produção?

De Belo Horizonte (MG):
Mercado nacional e internacional de produtos vegetais e animais (preços e perspectivas). Comportamento das lavouras.

De Severínia (SP):
Estamos satisfeitos com o conteúdo deste periódico.

De São Paulo (SP):
O principal problema é a demora no recebimento da revista, quase sempre com atraso de 2 meses.



De Guarapuava (SP):
Publicar quadro comparativo (em cada publicação) da evolução dos diversos índices que indexam a economia. (OTN, MVR, URP, IPC, IPP, IPR, Dólar, Poupança, Inflação).

De Capitólio (MG):
Falar mais coisas sobre ecologia.

De Ipiranga (PR):
Acrescentar matérias técnicas sobre manejo, alimentação, etc. de animais, zootécnica, tratos culturais, etc., como também seções para responder cartas aos leitores, notícias do campo, administração rural, novos produtos agropecuários, enfim, matérias diversificadas.

De Pedra Azul (MG):
Abordagem e acompanhamento mais regular nas informações relativas a café e borracha. Numa fase pós-Constituinte maior abordagem e acompanhamento das negociações da política agrícola.

De Uberaba (MG):
Mais prognósticos do mercado.

De Pirazu (SP):
Gostaria que o **Agroanalysis** chegasse mais rápido às minhas mãos, pois com as taxas inflacionárias atuais as análises econômicas muitas vezes ficam distorcidas.

De Brasília (DF):
Considero excelente o padrão técnico de **Agroanalysis**. No momento oportuno. Parabéns.

De Floresta (MT):
Até o momento esse periódico tem preenchido nossas necessidades no tocante ao setor.

De Santo Antônio de Posse (SP):
Se possível, transformar-se em uma revista mensal, mesmo que tenha que ser paga a assinatura, para fazer frente aos custos abordados por V. Sas.

De São Paulo (SP):
A imprensa tem dado muito destaque a produtos agrícolas, como soja, milho e suco de laranja. O algodão é importante na economia, principalmente na área têxtil e não tem recebido os mesmos espaços. Sugiro que **Agroanalysis** preencha este vazio.

De Pindamonhangaba (SP):
Continuem na busca de melhoria como alvo, mas é ótima a revista. Parabéns!

De São Paulo (SP):
Banco de dados históricos, preços, custo de produção, preços recebidos pelos produtores, indicar o nome e o telefone do departamento encarregado pelo artigo para esclarecimento de dúvidas ou informações adicionais.

De Bagé (RS):
Faltam artigos sobre o mercado internacional da carne e consumo interno, e produção.

De Canoinhas (SC):
Revista muito boa, que traz várias informações para o pequeno e médio produtor. Deveria ser mais específica na área de veterinária.

De Araras (SP):
Aumentar o número de Ensaios Especiais.

De Estância (SE):
Maiores informações sobre as tendências de preço de cada produto.

De Sete Lagoas (MG):
Maior atualização em seções como Preços Recebidos e Preceitos de Política Agrícola.

De Goiânia (GO):
A revista tem atendido às expectativas desta unidade.

De Ribeirão Preto (MG):
Ótimos artigos sobre agricultura, que mostram as produções por estado. Deveria ser uma revista que também mostrasse a transformação dos produtos agrícolas, isto é, as indústrias, tais como fábricas de óleo, milho etc.

De Jaru (RO):
Atualizá-la (2 meses de atraso no recebimento); ser mais gráfica do que descritiva; constar em disquetes de computador (informes estatísticos); publicar informes estatísticos em maior número de áreas de interesse; publicar resumos ou separatas sobre os trabalhos de economia agrícola.

De Florianópolis (SC):
Precisa chegar mais rápido ao público.

De Goiânia (GO):
É muito boa na forma em que é publicada. Sabedor da crise atual que atinge a todas as instituições, qualquer inovação ou melhoria poderá onerar demais os custos. Gostaria de ler mais "Ensaios Especiais".

Do Rio de Janeiro (RJ):
Eliminação do atraso na circulação da revista.

De Campo Mourão (PR):
Ótima fonte de informações. Sugerimos quadro ou seção constando histórico de preços, custo e lucro ou margem bruta de todo produto tratado, com valores médios atualizados, acompanhado de ligeira análise explicativa.

De Alto Paraná (PR):
Revista muito bem elaborada, apenas não entendo bem a seção de Preços Recebidos e Relações de Trocas.

De Casa Branca (SP):
Abordar melhor e com mais freqüência a cultura e comércio do algodão.

De São Paulo (SP):
Publicação de séries estatísticas e artigos sobre leite.

De Juiz de Fora (MG):
Estabelecer contatos com instituições de pesquisa agropecuária, o que poderia enriquecer mais a seção de "Ensaios Especiais", com artigos que divulguem o trabalho realizado, mesmo que não concluído. **Agroanalysis** poderia se constituir em importante veículo de divulgação de pesquisas em andamento.

De Belo Horizonte (MG):
Revista excelente, agrupando em cada exemplar e em cada seção, aspectos sempre em voga da conjuntura agropecuária.



De Paracatu (MG):
Acompanhamento das lavouras: reportagens mensais sobre as principais lavouras.

De Piracicaba (SP):
Aprecio e muito **Agroanalysis.** Tenho-o divulgado entre meus alunos de graduação e pós-graduação, pois o uso como material didático também. A variedade de seções tem sido muito útil, tanto na área de economia rural como na de administração rural.

De Limeira (SP):
O trabalho, de um modo geral, é bom. Contudo, gostaria que fossem publicados mais Ensaios Especiais sobre economia em geral.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Tabelas e comentários regionalizados (comportamento da safra, exportações etc.) semestral e/ou anual.

De Piracicaba (SP):
O nível e o conteúdo têm estado muito superiores aos dos demais boletins e publicações congêneres. Talvez a abordagem da situação internacional de algumas culturas fosse bastante interessante.

De Passo Fundo (RS):
Desenvolver mais estudos ou dedicar mais espaço à tecnologia agrícola. Em um mundo dominado pela tecnologia, os estudos econômicos dos impactos de novas tecnologias sobre o mercado são relevantes. Podem antever mudanças significativas na economia.

De Brasília (DF):
Análise da agropecuária no contexto macroeconômico (importância direta e indireta no PIB, participação no crédito, na inflação e na balança comercial); publicação de estatísticas retrospectivas sobre crédito rural e preços; política agrícola nos países desenvolvidos e composição com o cenário nacional. A revista tem sido muito útil aqui na **Sepian.**

De São Paulo (SP):
Além das análises sobre produtos isolados, que são boas (mas podiam ser mais atualizadas), acho que a revista deve trazer sempre análises sobre o setor como um todo, bem como um acompanhamento periódico da renda do setor agropecuário.

De Garibaldi (RS):
Se possível, mais informações sobre viticultura brasileira em geral.

De Brasília (DF):
A divulgação das análises por produto de uma forma mais rotineira, para que se tenha uma idéia de perspectiva.

De Passo Fundo (RS):
Não diria melhorar, mas sim incluir: análises sobre o comportamento do mercado financeiro correlacionado com a atividade empresarial rural, bem como ensaios sobre a atividade rural da região Norte, pois quase nada se escreve sobre esta região. A carência de informações sobre a região Norte é grande. Um órgão especializado – como a FGV – precisa fornecer estatísticas sobre o Norte, pois sentimos dificuldade quando precisamos fazer algum trabalho relativo à região.

De Porto Alegre (RS):
Recebimento mais rápido de cada edição, para que as informações não fiquem defasadas.

De Viçosa (MG):
Aumentar a freqüência de Ensaios Especiais.

De Bento Gonçalves (RS):
Dentro da atual conjuntura, a revista está atendendo plenamente às nossas expectativas e necessidades.

De Araçatuba (SP):
Cotações dos produtos agropecuarios no mercado externo (**Bolsa de Chicago**).

De Guaíra (RS):
Sugerimos que a revista inclua, em seu conteúdo, análises referentes a explorações de menor porte/expressão, porém, com bom potencial de expansão, como é o caso da ervilha, do tomate para indústria, do gengibre, do urucum, da seringueira e de tantas outras culturas.

De Pelotas (RS):
Sugiro que seja incluído um tópico sobre análise da mão-de-obra rural: mercado de trabalho, fluxos sazonais, valor dos salários, mobilidade geográfica, distribuição geográfica e temporal.

De São Paulo (SP):
A seção de Ensaios Especiais poderá conter maior número de produtos (artigos): aqueles que estão sendo cultivados na época em questão. Com a entrada na estação de colheita das frutíferas, poderia a revista apresentar dados econômicos (e preços de mercado) para os diversos produtos.

De São Paulo (SP):
Apresentação mais leve, mais espaçada.

De Belo Horizonte (MG):
Nada a melhorar. Revista ótima.

De Uruçuca (BA):
Tendência e comercialização do cacau no mercado externo.

De Guaíra (SP):
Inclusão de seção que trate da literatura oficial e particular sobre os temas de agricultura tratados pelo **Agroanalysis**, de forma que o leitor estivesse acompanhando o respectivo lançamento de obras a respeito. Neste sentido, caberia informar a existência de publicações correntes e periódicas sobre agricultura.

De Uberlândia (MG):
Agilizar a entrega das revistas.

De São Paulo (SP):
Sugiro que publique alguns artigos especiais sobre o potencial de crescimento por região, destacando oportunidades para investimentos em agroindústria nestas regiões.

De Recife (PE):
Agroanalysis é de alta qualidade. Poderia acrescentar estudos de custos de produção e do comportamento dos salários no campo.

De Uberlândia (MG):
Maior pontualidade na entrega da revista.

De São Paulo (SP):
Abordar especificamente a problemática do "abastecimento alimentar", em particular do setor urbano.



De Belo Horizonte (MG):
Maiores informações sobre conjuntura de mercado e análises mais recentes, já que, quando leio a revista, ela traz dados já ultrapassados.

De Maringá (PR):
Colocar teses sobre desenvolvimento e planejamento agrícolas; textos na área de economia rural com autores de diversas linhas ideológicas.

De Maringá (PR):
O conteúdo dos artigos é bom, considerando sua edição mensal.

De Erechim (RS):
Deve mostrar que a atual política agrária está levando ao caos o pequeno produtor.

De São Francisco de Goiás (GO):
Aproveitar certas publicações particulares que mereçam credibilidade, não somente dados de órgãos oficiais.

De Sapucaia do Sul (RS):
A seção "Panorama Agropecuário" deveria oferecer também análises sucintas sobre as culturas em termos de área plantada, produção, consumo de insumos e defensivos, complementando a excelente análise sobre preços, com tendências e fatores ponderáveis.

De São Paulo (SP):
Acho esta publicação ótima, preenchendo plenamente um vácuo, que existia neste gênero de periódicos. A título de sugestão, acho que será viável apresentar prognósticos sobre tendências de comercialização de produtos a médio e longo prazos, estudando, por exemplo, o comportamento de consumidores e suas mudanças.

De São Paulo (SP):
Publicação periódica de séries históricas de dados, por exemplo, preços, áreas e produção de lavouras.

De Aguaí (SP):
De meu interesse específico, maior dedicação para os produtos mais direcionados para o mercado externo com análise de suas perspectivas. De qualquer forma, a revista é bastante eficiente no que se propõe.

De São Leopoldo (RS):
Maior ênfase na chamada agropecuária das regiões Norte e Centro-Oeste (Amazônia Legal) mecanismos de capitalização/financiamento das atividades agropecuárias.

De São Paulo (SP):
Voltar a ter um redator especializado em cana-de-açúcar.

De Porto Alegre (RS):
Acompanhamento sistemático sobre negociações no GATT. Ensaios específicos sobre os reflexos na agropecuária da unificação da Comunidade Econômica Européia, especialmente sobre a pequena produção familiar européia. Ensaio específico sobre a posição do governo brasileiro nas negociações do GATT.

De Boa Esperança (MG):
Agrupar mais as informações; ajuntar mais os textos; terá espaço para mais matérias; impressão com melhor aproveitamento do espaço.

Do Rio de Janeiro (RJ):
A parte referente às tendências de mercado para os principais produtos agropecuários (tanto interna como externamente).

De Brasília (DF):
Publicar mais artigos sobre política agrícola (interna e externa).

Do Rio de Janeiro (RJ):
Acredito que vale a pena ter, cada mês, uma breve entrevista alternando: especialistas do governo, empresários, pesquisadores (Embrapa p/ex.) e com temática variada: políticas e expectativas, gestão e finanças e tecnologias, respectivamente. A curto prazo, acho que o tema Constituição poderia ser abordado. Seria interessante acostumar o leitor com algumas questões (Ensaios) genéricos. Exemplo de tema: Cenários.

De Curitiba (PR):
Análise e dados com maior enfoque no presente e não necessariamente no passado. Maiores informações a respeito da política agrícola internacional.

De Campo Grande (MS):
Dedicar maior espaço à pecuária.

De Itaguaí (RS):
Introdução de uma seção destinada a difundir resultados mais relevantes da experimentação e pesquisa agropecuária obtidas no país.

De Curvelo (MG):
Devido à entrega se concretizar com informações do mês anterior ao que recebo **Agroanalysis**, existe uma defasagem de tempo que modifica a posição dos preços; se possível, agilizar a entrega para o mês próximo da data-referência das informações.

De São Paulo (SP):
Sugiro uma freqüência, no mínimo anual, do acompanhamento conjuntural de cana-de-açúcar, álcool, de preferência na mesma época do ano.

Do Rio de Janeiro (RJ):
A publicação é excelente. O único problema é que às vezes chega um pouco atrasada e as informações ficam um pouco defasadas em algumas citações. No meu caso particular, gostaria de ler mais assuntos sobre a pecuária de leite.

De Itapeva (SP):
Gostaria de receber a publicação mensal no início do mês, pois a mesma tem chegado muitas vezes já defasadas na ocasião do recebimento. Gostaria que algumas análises fossem mais claras e resumidas.

De Curitiba (PR):
Publicação sai com muito atraso.

De São Luís (MA):
Acompanhar a conjuntura internacional agropecuária e preços.

De São Luís (MA):
Uma melhor dedicação aos problemas do Nordeste, pois são muito poucas as informações a respeito do comportamento dos preços recebidos pelos produtos agropecuários desta região.

De Tangará da Serra (MT):
Entrega: estou recebendo com atraso.



De Mafra (SC):
Comparativo entre a política agrícola e a de outros países (socialistas e capitalistas). Falar sobre a produção de sementes melhoradas no **Brasil.**

De Goiânia (GO):
1) Tem-me chegado com um certo atraso. 2) Sugiro esta reportagem: Por que os preços dos equipamentos agrícolas são tão altos se comparados com veículos quando sabemos que mais de 50% é imposto? 3) Não deixem de me mandar esta revista! 4) Preços de terra x preços de produtos agropecuários.

De São Paulo (SP):
Mais ensaios, críticas e análises de especialistas.

De São Paulo (SP):
Apresentar séries históricas das safras brasileiras: área, produção, preços recebidos pelos agricultores, preços no atacado, preços de exportação, previsões.

De Jacarezinho (PR):
Que suas informações possam chegar diretamente a médios e pequenos produtores, numa linguagem simples e objetiva.

De Campinas (SP):
Inclusão de estatísticas e análises sobre produtos hortifrutícolas.

De Pelotas (RS):
Complementar os textos com gráficos, de forma a facilitar o entendimento do assunto.

De São Paulo (SP):
1) Que os artigos dos principais produtos não sejam descontinuados, isto é, que em todas as publicações conste a situação desses produtos. 2) Artigos de peso retrospectivos e mais analíticos, que constem de periodicidade semestral em encartes mais volumosos e por solicitação específica de público interessado para evitar desperdício de esforços.

De União da Vitória (PR):
Atuamos na produção de suplementos para ração animal, e os dados de mercado de produção de grãos e cereais nos auxiliam a orientar nossos clientes quanto aos mercados atual e futuro.

De Fortaleza (CE):
A meu ver, deveria haver espaço para artigos científicos assinados por pesquisadores da área.

De São Paulo (SP):
Algo sobre a estrutura da firma nas atividades agrárias: **Finame;** poder técnico; capacidade de acumular; tipos de firma: uni-empresa, multi-empresa, cooperativas, etc. A presença de grupos econômicos nestas atividades.

De Linhares (ES):
Maior detalhamento quanto à cultura do cacau.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Sugiro que a assinatura seja cobrada e que sejam vendidos espaços publicitários, a fim de se arrecadar recursos para a contratação de técnicos para os cargos vagos e para a ampliação dos estudos e análises desenvolvidos pelo **CEA.** Sugiro também que se tente realizar estud periódicos sobre o mercado dos produtos, procurando fazer p tações. Sugiro, também, ampliar o número de produtos regularmente acompanhados.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Introdução na estrutura editorial da revista de: 1) Seção específica referente aos custos dos fatores de produção (terra, capital e trabalho) nas principais áreas agropecuárias do país. 2) Seção destinada a apresentação e análise dos custos de produção por atividade; também relativa às principais áreas agropastoris.

De Brasília (DF):
Acho que a publicação está equilibrada; talvez uma maior periodicidade de ensaios específicos aprofunde termos específicos.

De Toledo (PR):
Entendemos que deveria haver uma seção sobre moedas e metais, que complementam as informações sobre mercado agrícola, principalmente em relação ao mercado externo.

De Londrina (PR):
Mais informações estatísticas dos países produtores concorrentes (produção, produtividade, custos e evolução de áreas de plantio), bem como informações dos países consumidores.

De Viçosa (MG):
Deve-se incluir no quadro da seção Comportamento das Lavouras, a área e a produção do ano anterior.

De Teresina (PI):
Procurar enfocar produtos que sejam realmente significativos na economia nacional.

De Brasília (DF):
Aumentar as séries temporais de informações quando entrarem os Ensaios Especiais. Incluir produtos difíceis como: mel, alho, erva-mate, castanhas e caju, e assuntos como: produção, exportação, importação e preços. Incluir séries de cotações internacionais para comparações com os preços internos.

De Pelotas (RS):
Estou satisfeito com a maneira clara e precisa com a qual são abordados os tópicos pelo **Agroanalysis.**

De Campinas (SP):
1) Maiores informações sobre suinocultura (produção, abate e industrialização). 2) Comparar também a suinocultura nos artigos em que a carne bovina é sempre analisada em conjunto com a avícola. 3) Na seção Ensaios Especiais, explorar mais a conjuntura específica de um setor de produção no Brasil, com o restante do mundo. Exemplo: a importância da suinocultura brasileira em relação à produção mundial de suínos.

De Botucatu (SP):
Diversificar os assuntos, abrangendo várias culturas do mercado interno.

De Londrina (PR):
Acrescentar um quadro com análise de variação de preço dos produtos e dos insumos no trimestre. Embora com dados trimestrais, este quadro seria renovado mensalmente. Ex.: num mês sairia janeiro, fevereiro e março. No próximo já sairia fevereiro, março e abril.

De Jaú (SP):
Acredito que a publicação deveria dispensar maior atenção à questão do atraso na entrega. Atualmente, a defasagem média é de dois meses. Este fato faz com que os assuntos referentes a preços sejam totalmente inoportunos.



De Curitiba (PR):
Necessidade de ampliar o intercâmbio com as entidades representativas dos produtores rurais, como **Ocepar, Fecotrigo** etc. e, especialmente, com este **Departamento.**

De Bagé (RS):
O periódico está com um ótimo nível de qualidade da informação.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Tomei conhecimento que o especialista em pecuária de corte não mais escreve para a revista. Gostaria que voltassem a abordar o tema como antes.

De São Sebastião da Amoreira (PR):
Aumentar o número de matérias em Ensaios Especiais.

De São Paulo (SP):
Ao que parece, a evasão de técnicos deve trazer transtornos para que essa publicação continue eficiente!!

Do Rio de Janeiro (RJ):
Como está, a publicação atende perfeitamente ao que espero. Como atual responsável pelo boletim **Cotações da Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro,** apóio-me bastante em **Agroanalysis** na relação das matérias de interesse dos associados, citando inclusive freqüentemente trechos de suas seções.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Uma publicação semelhante na área de floresta e produtos madeireiros; com o mesmo enfoque.

De União da Vitória (PR):
Na área estatística ampliar o número de anos (série histórica) em análise. Considero ideal análises no período de dez anos.

De São Gabriel d'Oeste (MS):
Desde que venho recebendo o **Agroanalysis** sempre o recebo com um a dois meses de atraso, portanto algumas informações tornam-se ultrapassadas.

De São Paulo (SP):
Deveriam cobrir o mercado de armazenagem de cereais, destacando: capacidade estática do país e individualmente dos estados em confronto com as expectativas das safras. Trabalhamos no ramo de armazenagem, vendendo máquinas e equipamentos e, também máquinas e equipamentos para a avicultura.

De Itajaí (SC):
É um bom instrumento de análise e visão geral da agropecuária.

De Sete Lagoas (MG):
As informações recebidas são da melhor qualidade e no tempo hábil.

De Teresina (PI):
A revista é completa e só o fato de ela ter sobrevivido por vários anos é motivo de congratulações a seus técnicos e dirigentes. Continuem, pois estão cada vez melhores em todas as seções.

De São Paulo (SP):
Apresentação dos índices (números-índices) de preços recebidos.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Variedade maior de produtos agropecuários.

Do Rio de Janeiro (RJ):
A revista deveria apresentar a cada semestre, ou a cada trimestre, um estudo de mercado de um determinado produto, constando: produção mundial, exportações e importações, preços, consumo **per capita** nos principais consumidores e mercado mundial.

De São Paulo (SP):
1) Abordagem de temas como, por exemplo: urucum, estudo amplo sobre a produção agropecuária nos EUA e **Austrália;** análise sobre preços de terras, estudo sobre florestas de eucaliptos para celulose. 2) Entrevistas com empresários rurais e pesquisadores. 3) Reportagens sobre programas de pesquisa agropecuária, principalmente na área de biotecnologia. 4) Análises de rentabilidade de produtos agropecuários (receitas vs custos). 5) Estudo sobre tributação incidente nas atividades agropecuárias.

De Guarapuava – Entre Rios (PR):
Tecer comentários sobre produtos específicos (cevada, trigo, aveia, soja, milho) e situação da agropecuária de outros países, em especial da **América Latina.**

De Belo Horizonte (MG):
Incluir seção para análise da atuação de órgãos do governo de apoio à agropecuária.

De São Paulo (SP):
O resumo poderia conter mais dados sobre o Setor Agrícola e também incluir informações sobre a indústria voltada para a agricultura como tratores, defensivos etc.

De Fortaleza (CE):
Maior independência na crítica ao desempenho governamental.

De Jaboticabal (SP):
Aumento da circulação via cobrança da assinatura.

De São Paulo (SP):
Dados estatísticos. Mais avaliação na área de produtos animais.

De Jaboticabal (SP):
Aproveito a oportunidade para enaltecer todos os responsáveis pelo excelente trabalho denominado **Agroanalysis.** Seriamente preocupado (como tantos brasileiros e não-brasileiros) com o futuro da **Floresta Amazônica,** sugiro aos editores de **Agroanalysis** que verifiquem cuidadosamente a possibilidade de difundir neste acreditado periódico os principais problemas inerentes à ocupação irracional deste patrimônio mundial. Sem dúvida, inúmeros são os aspectos que podem ser abordados, consistindo, assim, rico manancial de trabalho que de algum modo poderia ser conciliado com os objetivos do **Agroanalysis,** que pela sua credibilidade, já salientada anteriormente, e alcance, daria também importante contribuição na preservação deste bem vital a todos nós.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Entrega em menor prazo.

De São Paulo (SP):
Esta revista é repassada na firma para todo o **Departamento Agrícola** (sete engenheiros agrônomos).

De Blumenau (SC):
Acho que a revista atende perfeitamente às expectativas dos usuários desta biblioteca. Particularmente gosto da revista, boa diagramação, bem ilustrada e excelente impressão.



De Presidente Prudente (SP):
A entrega da revista na época certa.

De São Paulo (SP):
Estudos setoriais de produtos de origem agropecuária, com mais profundidade, analisando os diversos fatores implícitos.

De Viçosa (MG):
Estatísticas agrícolas (semelhantes às da **Agricultural Outlook**, do USDA. Preços de mercado e de intervenção.

De Recife (PE):
Agilizar sua edição, pois chega muito tarde aqui no Norte.

De São Paulo (SP):
A cobertura do que ocorre fora do Brasil.

De Bela Vista (SP):
Acho a revista ótima como um todo. Sugiro algumas análises mais detalhadas sobre custos de produção nos diversos setores da agropecuária.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Considerando a qualidade pelo conteúdo técnico e político da agropecuária brasileira, o aumento dos interessados em receber a revista, e o crescimento substancial no custo da impressão gráfica, sugerimos que a revista seja cobrada por assinatura anual.

De São Paulo (SP):
Publicar de quinze em quinze dias.

De Barvari (SP):
Mais análises sobre mercados de carnes, inclusive de exportação.

De Janaúba (MG):
É uma ótima revista, nos auxilia muito.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Mais ênfase deve ser dada aos mercados internacionais.

De São Paulo (SP):
Pesquisas de plantio, safra etc. Pesquisas agropecuárias, vacinação, dieta etc.

De Teresina (PI):
No caso da divulgação de estatísticas, a regionalização seria de bom grado; fortalecer a seção "Acompanhamento Conjuntural da Agropecuária".

De São Luís (MA):
Como o tempo de leitura é inferior a um ano e a leitura é dirigida só para alguns tópicos de interesse, podemos afirmar que o conteúdo dos assuntos abordados por **Agroanalysis** é de excelente qualidade.

De Campinas (SP):
Oferecer um pouco mais de previsões, talvez baseadas em séries históricas e análise da conjuntura. Mais estudos sobre milho, sorgo e hortaliças.

De Niterói (RJ):
Análises comparativas das regiões brasileiras com os dados nacionais. Ex.: região Sudeste em relação ao **Brasil**. Poder-se-ia utilizar apenas uma página de uma folha.

De São Paulo (SP):
Envio das análises mais utilizadas, pois noto que os estudos por produto têm chegado com um mês, ou mais, de atraso. Sugiro, também, um comparativo de custos de transporte das áreas produtoras para os principais portos exportadores de grãos e derivados.

De São Paulo (SP):
O paralelo cultura internacional **versus** cultura no Brasil. A conjuntura envolvida na verificação de crescimento via preços em dólar. Obs.: isso já é feito. Falta agilidade.

De Coronel Pacheco (MG):
Mais agilização na distribuição.

De Porto Alegre (RS):
Desejo parabenizar a equipe pela condensação de assuntos que, em outras publicações, tomariam muitas horas de pesquisa, enquanto que em **Agroanalysis** o assunto é tratado com precisão e síntese.

De Porto Alegre (RS):
Tecnologia da produção agropecuária: aprofundar coeficientes de produção.

De São Paulo (SP):
Os artigos são indexados e incluídos em um banco de dados, facilitando a sua divulgação em muitos pontos do Brasil. Entretanto, quando a informação se mostra em tabelas e quadros estatísticos e não em/ou também em texto corrente, dificulta nossa indexação. O ideal seria encontrar sempre o texto acompanhado de tabelas. Seria de muita importância se a revista indicasse o nome dos autores dos artigos publicados.

De Recife (PE):
Que as informações conjunturais sejam focalizadas por estado ou regionalizadas.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Análise mais aprofundada dos temas abordados.

De Itabaiana (PB):
Informar mais suscintamente sobre a política agrícola do Nordeste; estudos sobre o custo de produção e mercado com sua importância para o **Brasil** e diretrizes e os projetos em tramitação na **Sudene** e sua execução e porque são executados. Informar a aplicação dos recursos, tanto no setor agrícola/pecuário como no industrial.

De Porto Alegre (RS):
Incluir matérias acerca de peles e couros.

De Porto Alegre (RS):
Incrementar os Ensaios Especiais sobre os principais produtos agropecuários.

De Porto Alegre (RS):
Seguir o mesmo ritmo, aprofundando mais as análises relativas a política agrícola e conjunturas.

De Cametá (PA):
Resumo das cotações dos produtos no mercado interno e externo; extenuar as tendências do mercaco internacional, apresentando estoques, quedas de produção, doenças dos produtos em outros países, com conseqüência no aumento dos preços.



De São Paulo (SP):
Ampliar as informações sobre o comportamento das lavouras, incluindo estimativas por estados e respectivas regiões agrícolas; agilizar a edição da revista.

De Tubarão (SC):
Enfocar as decisões tomadas na área agrícola; análises periódicas sobre política agrícola brasileira.

De São Paulo (SP):
Aumentar o número de páginas para tratar de mais artigos e também de milho, frangos e mercados.

De Fortaleza (CE):
Ampliar o número de produtos acompanhados; acompanhar a política de subsídios dos concorrentes no mercado mundial de **commodities.**

De São Paulo (SP):
Índice anual de matérias publicadas; artigos especiais sobre fatores de produção; análise de produtos como alho, guaraná, seringueira, hortigranjeiros, feijão e milho, bovinos e suínos.

De Jacuí (MG):
A revista está ótima, considerando a dificuldade em se conseguirem dados para análises estatísticas e econômicas para produtos agropecuários no **Brasil.** A equipe está de parabéns.

De Fortaleza (CE):
Política agrícola e mercantil nos EUA e MCE.

De Pelotas (RS):
Aprofundar o tema de política agrícola.

De São Paulo (SP):
Apresentação muito boa e atende à execução do meu trabalho.

De São Pedro do Ivaí (PR):
Dar mais ênfase a preços de produtos agropecuários; publicar preços de produtos atualizados, tais como adubos, defensivos, máquinas e implementos.

De São Paulo (SP):
A seção "Ensaios Especiais" deveria conter sempre mais de um estudo em cada número.

De Brasília (DF):
Dar maior enfoque às regiões de nova fronteira agropecuária e ao Nordeste.

De São Paulo (SP):
As séries retrospectivas poderiam ser mais extensas e freqüentes.

De São Paulo (SP):
Informações e estudos de desempenhos setoriais, como café no mercado interno e externo, algodão etc.

De Ponta Grossa (PR):
Comportamento das lavouras e outros tópicos, utilizando análises mais específicas.

De São Paulo (SP):
Fazê-la circular mais rapidamente em relação à data da capa.

De Lavras (MG):
Publicação de alto gabarito e lida por muitos produtores, por isto deveria ser utilizada como meio de reivindicação por uma política agrícola mais estável. Para isto, que os representantes de classes, apoiados pelos dados do **Agroanalysis,** publiquem artigos dando idéias de como os planejamentos devem ser feitos em cada área.

De Londrina (PR):
Recebo a publicação sempre com muito atraso. Creio ser um fator a melhorar.

De Brasília (DF):
Incluir produtos da Amazônia, como a borracha, de enorme papel estratégico, que nunca mereceu tratamento.

De Franca (SP):
As informações de mercado deveriam ser mais recentes em relação à data de chegada da revista ao leitor.

De Brasília (DF):
1) Dados mais atualizados. 2) Relações de trocas (ex.: sacas de milho x trator). 3) Níveis de tecnologia (ex.: o que é aplicado de insumos por região).

De São Félix do Araguaia (MT):
Que viessem reportagens sobre os aspectos nocivos, comprovados cientificamente, dos biocidas de uso agropecuário e doméstico. E também o acompanhamento mensal dos preços destes produtos no mercado nacional.

De Belo Horizonte (MG):
Esta publicação pode ser considerada muito boa.

De Santa Cruz do Sul (RS):
Na minha opinião, o **Agroanalysis** contém os aspectos principais dos assuntos que aborda, estando a contento.

De Campinas (SP):
Ampliação de análises globais tipo: "Agricultura em dois Países Socialistas". Ampliação de políticas governamentais (do **Brasil,** o recente **Plano Reagan** para a Agricultura, a **Perestroika** na Agricultura etc. Análises específicas sobre fatores de produção (terra) e estudos comparativos como o Ensaio Especial de agosto de 1988, (vol. 12, nº 8).

De Campinas (SP):
Os exemplares recebidos ficam à disposição dos consulentes nesta biblioteca, que se interessam por assuntos os mais variados.

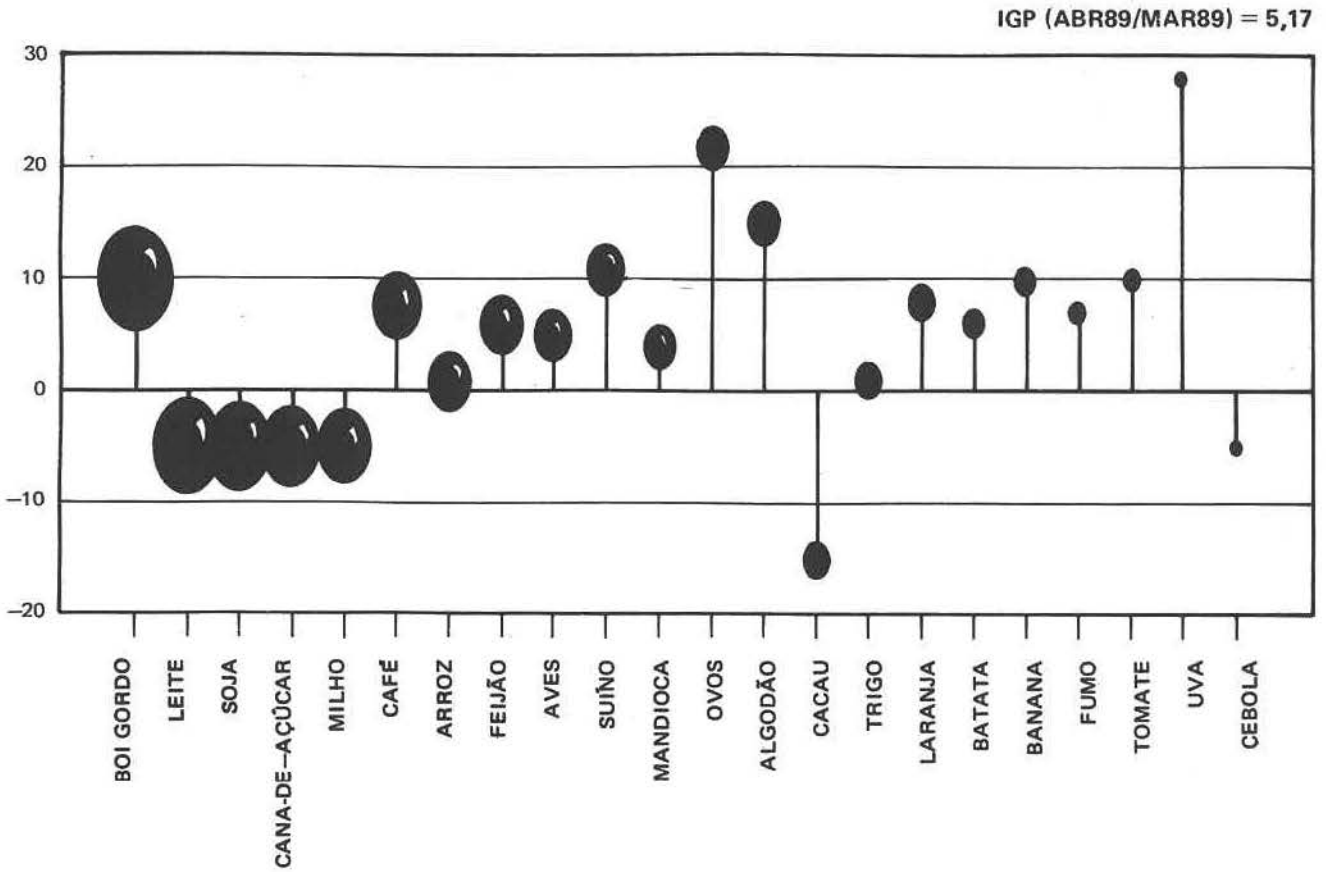
De Cuiabá (MT):
O **Agroanalysis** é lido pelos técnicos desta Delegacia Federal de Agricultura. Achamos uma revista completa no que se propõe.

De Mucugê (BA):
Maiores informações sobre crédito rural. Uma seção mensal com os preços mínimos e preços de mercado. Uma edição especial, anual, com os gráficos de variação sazonal dos preços das principais culturas, para cada capital estadual.

De São Paulo (SP):
Uma maior atenção aos problemas relativos à agropecuária fluminense (afinal, o estado onde se localiza a cidade na qual se edita a revista). Destacar arroz, feijão, milho, mandioca, frutas e hortaliças, além de política agrícola geral, que é o forte da revista.

(Continua no próximo número)

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E VARIAÇÕES DE ALGUNS INDICADORES



No gráfico ao alto, as retas, perpendiculares ao eixo horizontal, indicam diferença entre a variação percentual (△%) dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) de cada produto e a variação (△%) do IGP-DI (no mesmo período), permitindo visualizar os ganhos potenciais relativamente à taxa de inflação, expressa por aquele indicador (IGP-DI). É evidente que essas retas estarão traçadas acima (se a variação for positiva) ou abaixo (se a variação for negativa) do eixo horizontal (△% = 0) do gráfico. Exemplo: se, em determinado mês, a variação percentual do preço do leite, em relação ao mês anterior, for igual a 30% e a taxa de inflação, no mesmo intervalo, for igual a 20%, a reta alcançará a linha indicativa de que houve um crescimento real de preços da ordem de 10%.

As bolotas que encimam as retas, variando de tamanho, servem para mostrar, em ordem decrescente, o valor de cada produto frente ao valor total da produção agropecuária (segundo o Censo de 1980), também em termos percentuais. Assim, o boi gordo (maior bolota) representa 10,7 % da produção e a cebola (menor bolota), apenas 0,4 % da mesma produção.

Os preços são médios do Brasil como um todo.

O escrito acima procura atender oportunas sugestões de leitores, do mesmo modo como o quadro ao lado, que aparecerá a cada edição, atualizado.

VARIAÇÕES MENSAIS DE ALGUNS INDICADORES – (em %)

MÊS	IGP	OTN	Cz$/US$	IPR	IPP
Jul-88	0,638	0,000	0,000	3,547	3,019
Ago	1,328	0,000	0,000	3,379	2,783
Set	1,095	0,000	0,000	3,338	3,909
Out	1,384	0,000	0,939	1,302	3,067
Nov	2,453	0,000	0,981	3,166	3,106
Dez	7,563	0,000	3,112	9,497	3,954
Jan-87	12,037	0,000	7,920	7,362	3,783
Fev	14,106	0,000	15,531	2,693	6,496
Mar	14,997	70,686	15,825	4,335	11,567
Abr	20,080	14,515	12,858	11,571	25,402
Mai	27,583	20,960	29,844	23,069	18,384
Jun	25,872	23,442	26,127	18,507	26,026
Jul	9,332	18,021	13,930	9,811	11,179
Ago	4,498	3,051	4,887	12,184	9,879
Set	8,018	6,360	5,805	12,276	13,334
Out	11,148	5,681	7,101	11,064	10,646
Nov	14,464	9,180	11,014	11,728	10,699
Dez	15,926	12,840	13,817	13,607	11,539
Jan-88	19,103	14,140	15,077	11,620	11,764
Fev	17,645	16,511	16,980	14,704	15,357
Mar	18,163	17,961	17,940	19,367	18,027
Abr	20,332	16,010	17,839	19,056	18,395
Mai	19,500	19,280	19,317	17,893	21,007
Jun	20,840	17,780	20,640	25,748	22,598
Jul	21,538	19,530	18,764	26,839	21,819
Ago	22,895	24,040	24,098	22,134	27,634
Set	25,758	20,660	22,498	24,853	25,198
Out	27,584	24,010	25,480	31,494	20,437
Nov	27,969	27,250	27,787	34,265	24,562
Dez	28,686	26,920	27,548	35,502	24,928
Jan-89	36,557	28,786	34,569	26,544	34,479
Fev	11,804	–	10,742	21,775	16,401
Mar	4,228	–	0,000	9,443	5,448
Abr	5,170	–	1,000	7,703	5,657
Mai	12,758	–	8,515	16,727	13,315

Fonte: FGV/Ibre/Cea/CFP e Banco Central do Brasil.

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de maio)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de maio*
3 – Preço médio na última quinzena de maio*
4 – Preço médio na última semana de maio*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*** futuro – primeira entrega**

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	9,04	12,01	11,57	11,08	12,01				11,95			11,59		11,55		11,54		A valorização do dólar acarreta pressão baixista, mas a situação deverá ser revertida, com a entrada da **Índia** como grande compradora.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	64,44	67,27	67,47	67,57	67,27				68,12		68,18			68,62		68,90		As adversidades climáticas nos **EUA** e na **URSS** e a perspectiva de um balanço de suprimento mais apertado na safra 1989/90, têm mantido as cotações em elevação.
CACAU BAHIA US$/tonelada	1.629,95	1.188,38	1.206,00	1.195,40	1.188,88			1.184,57			1.192,86			1.194,67		1.199,81		Continuam acentuadas as tendências de baixa nas cotações.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	133,60	131,05	133,54	133,35	131,05			124,97			120,94			119,61		119,36		O pessimismo quanto à renovação do **Acordo Internacional do Café** tem mantido as cotações em baixa.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	213,49	270,37	265,85	262,70		270,37		257,73			253,87			260,79		263,05		Além da influência da safra recorde no **Brasil**, persiste a influência baixista das estimativas referentes ao plantio norte-americano.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	739,83	727,42	708,80	708,15	727,42	717,61		697,65		686,54		695,39		703,94		709,49		Há expectativa quanto à possibilidade de o clima se tornar mais seco no **Corn Belt**, nos **EUA**.
SOJA FARELO US$/ tonelada curta	220,49	216,21	209,79	209,14		216,21	213,39	209,36	204,65		202,92	202,45		201,51				Verifica-se menor demanda, em razão da redução dos diversos rebanhos na **CEE** e nos **EUA**.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	325,63	405,19	396,30	393,35		405,19		412,06			424,37			429,86		419,73		A demanda no mercado internacional permanece vacilante.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Chicago.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de maio de 1988, corrigido pelo IGP, para maio de 1989
2 – Preço médio no mês de maio
3 – Preço médio na última quinzena de maio
4 – Preço médio na última semana de maio
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR NCz$/15 kg 1º futuro	35,73	33,24	35,00	35,00	→	O mercado externo está **aquecido** e deve aumentar a demanda interna, mas a proximidade do vencimento do crédito de custeio e a necessidade de pagamento do EGF deverão estabilizar as cotações.
ARROZ Longo Fino Agulhinha NCz$/sc. 60 kg	30,56	29,28	31,30	32,65	→	Irregularidade no abastecimento sustenta alta no mercado. Os preços foram liberados. Nota: A partir deste mês passa-se a publicar as cotações do **Agulhinha**, em lugar do **Amarelão**, cujo mercado se encontra inativo.
CAFÉ Tipo 6 NCz$/sc. 60 kg	124,67	292,86	278,28	269,85	→	O preço no mercado interno vem acompanhando a queda nas bolsas de **Londres** e **Nova Iorque**.
BOI GORDO NCz$/arroba	18,02	32,55	35,90	38,00	→	Entressafra.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contatō com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial NCz$/sc. 60 kg	29,90	51,00	s/cot.	s/cot.	↓	A regularidade da entrada da segunda safra no mercado tende a estabilizá-lo.
FRANGO Vivo NCz$/kg	0,66	s/cot.	s/cot.	s/cot.	↓	Ocorre alta sazonal, devido à entressafra da carne bovina.
MILHO Amarelo Semiduro NCz$/60 kg	9,12	9,96	10,76	11,07	↓	Aproxima-se o final da colheita no **Centro-Sul.**
SOJA - GRÃO Industrial NCz$/60 kg	17,94	15,78	15,98	15,65	↓	A difícil comercialização poderá levar à alta dos preços, devido à retração das vendas, em prazo bastante curto. Ocorre que os produtores ainda detêm 70% da safra e o açodamento nas operações deprimirá o mercado.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

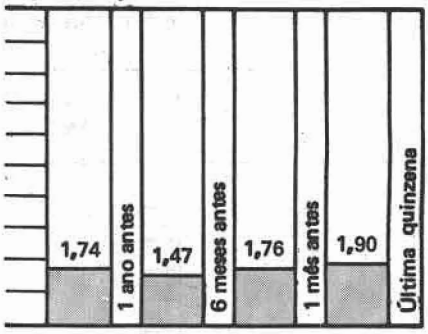
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

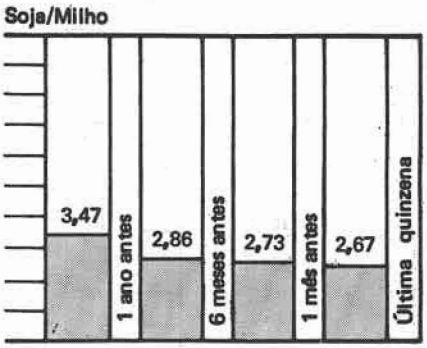
Na última quinzena, o preço do algodão valorizou-se 5,1% frente à média do mês anterior, devido a adversidades climáticas registradas nas regiões produtoras dos **EUA** e da **URSS**. Como, no período, o preço da soja diminuiu 3%, houve aumento do preço relativo.

Algodão/Soja



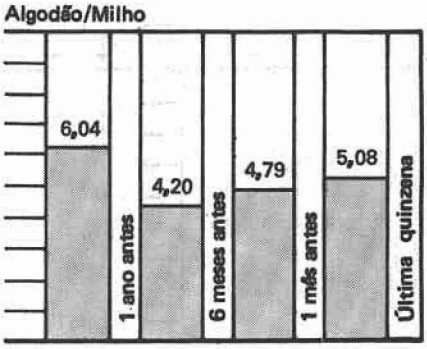
Muito inferior ao patamar de um ano antes, o preço relativo **soja/milho** da última quinzena reflete a queda de 4,3% ocorrida no preço da leguminosa, enquanto a cotação do milho avançou 24,5%. O mercado da soja encontra-se pressionado pela excepcional safra brasileira e pela normalidade do plantio nos **EUA**, devido às condições climáticas favoráveis.

Soja/Milho



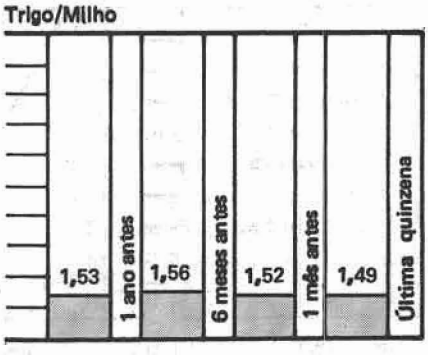
Maior do que o registrado um mês antes, o preço relativo **algodão/milho** da última quinzena resultou da conjugação do mencionado aumento do preço do algodão e da estabilidade observada no preço do milho. No caso do cereal, o plantio vem-se desenvolvendo no **Corn Belt**, com os agricultores atentos a eventuais anormalidades na precipitação pluviométrica.

Algodão/Milho



Nos últimos quinze dias, a cotação do trigo acusou desvalorização de 2,6% em comparação com a média do mês precedente, ocasionando a diminuição do preço relativo **trigo/milho** no período. A oferta internacional do trigo é boa e a demanda vem sendo influenciada pelo **Export Enhancement Program**.

Trigo/Milho

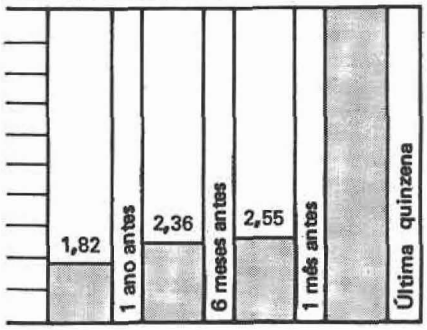


FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

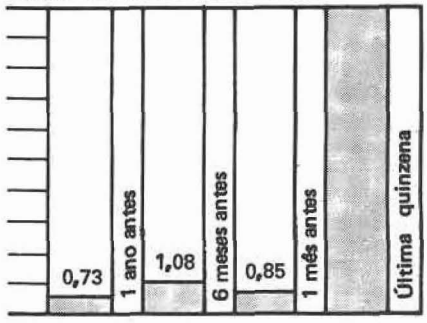
O tabelamento do preço do frango vivo não permitiu que se calculasse o preço relativo.

Boi Gordo/Frango Vivo



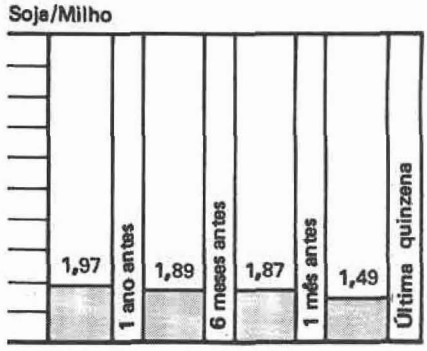
Idem.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



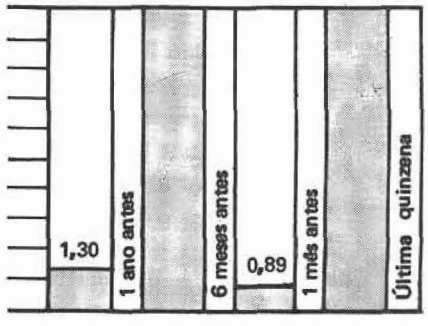
Os produtores de milho vêm resistindo a comercializarem a safra recém-colhida e a cotação do produto se elevou 35% na última quinzena, em relação à média do mês anterior. Como o preço da soja aumentou apenas 7,3%, no período, ocorreu diminuição do preço relativo. Há um ano, a valorização relativa da leguminosa era muito maior.

Soja/Milho



O declínio do preço relativo do mês anterior frente a um ano antes decorre da pronunciada evolução altista que caracteriza o mercado do **feijão-de-cores** este ano. Influenciadas pelas perdas da primeira safra e pelo prolongamento da entressafra, as cotações, a partir de março, superam as do **feijão-preto**, cuja ascensão foi **amortecida** pelo recuo da demanda, face à progressiva escassez. Não foi possível o cálculo do preço relativo referente a seis meses antes, em função de o mercado do **feijão-de-cores** ter estado nominal. O mesmo ocorreu com a relação da última quinzena, em razão do tabelamento.

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura** e **Secretarias de Planejamento**. Seus resultados segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1989, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE MAIO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	38.818	861.714[2]
Algodão	2.226.057	1.974.115
Algodão arbóreo (em caroço)	674.455	126.931
Algodão herbáceo (em caroço)	1.551.642	1.847.184
Alho	6.853	30.929
Amendoim (em casca)	86.933	152.389
Amendoim (em casca) 1ª safra	62.032	116.159
Amendoim (em casca) 2ª safra	24.901	36.230
Arroz (em casca)	5.305.816	11.214.784
Aveia (em grão)	30.850	52.445
Banana	471.952	526.317[3]
Batata-inglesa	149.032	1.919.043
Batata-inglesa 1ª safra	88.709	1.102.757
Batata-inglesa 2ª safra	60.323	816.286
Cacau (em amêndoa)	698.291	398.465
Café (em coco)	3.034.261	2.986.111
Cana-de-açúcar	3.516.173	234.756.860
Castanha de caju	514.388	170.673
Cebola	72.789	755.572
Centeio (em grão)	2.210	3.978
Cevada (em grão)	42.500	85.000
Coco-da-baía	174.382	590.249[2]
Feijão (em grão)	5.036.457	2.531.295
Feijão (em grão) 1ª safra	2.679.602	1.198.809
Feijão (em grão) 2ª safra	2.356.855	1.332.486
Fumo (em folha)	277.953	443.966
Guaraná (semente)	2.851	910
Juta (fibra)	2.526	2.899
Laranja	833.108	80.374.475[2]
Maçã	23.383	2.401.944[2]
Malva (fibra)	42.104	48.185
Mamona	226.509	147.400
Mandioca	1.806.876	22.782.888
Milho (em grão)	12.896.225	26.357.451
Pimenta-do-reino	26.257	68.302
Rami (fibra)	8.100	8.100
Sisal ou Agave (fibra)	96.041	86.049
Soja (em grão)	12.221.438	23.680.650
Sorgo (em grão)	185.911	268.284
Tomate	64.126	2.407.220
Trigo (em grão)	2.222.890	3.854.730
Uva	59.249	709.153

FONTE – IBGE.

1 **Dados preliminares sujeitos a retificações;**

2 **mil frutos;**

3 **mil cachos;**

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organizaçao racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Mario Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Henrique Sergio Gregori, Instituto de Resseguros do Brasil, Mario Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian M. Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Moacyr Antonio Fioravante
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Beatriz Mello Flores de Lima
Centro de Estudos Empresariais: José Francisco Filho
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Salomão L. Quadros da Silva
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro